

M
331.120
S237

LUCIANO DAMASCENO SANTOS

**ESCOLARIDADE E OCUPAÇÃO: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS
PARA O MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE SALVADOR PARA A SEGUNDA
METADE DA DÉCADA DE 90.**

SALVADOR - BA

2001



LUCIANO DAMASCENO SANTOS

**ESCOLARIDADE E OCUPAÇÃO: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS
PARA O MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE SALVADOR PARA A SEGUNDA
METADE DA DÉCADA DE 90.**

Monografia apresentada no curso
de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como
requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Ferreira Menezes

SALVADOR - BA

2001

AGRADECIMENTOS

Durante a elaboração deste trabalho monográfico e ao longo do curso de graduação em economia, tive valiosos apoio e incentivo de várias pessoas que merecem neste momento a minha homenagem, apesar do risco de ocorrer em omissões quando citá-las e fizer meus agradecimentos.

Ao meu orientador Prof. Wilson Ferreira Menezes, que mesmo com todos os afazeres aceitou ser meu orientador na etapa final da elaboração da monografia e acompanhou atentamente, e com grande exigência quanto ao andamento do trabalho, pois seu profissionalismo e caráter, seguramente, serão referências para minha vida profissional.

Aos professores da FCE que foram responsáveis pela minha formação acadêmica na graduação e em especial ao professor Paulo Henrique que me concedeu várias oportunidades no desenvolvimento de projetos acadêmicos que muito contribuíram para minha formação e ao professor José Sérgio Gabrielli de Azevedo que foi o meu 1º orientador, mas por motivos de aperfeiçoamento profissional no exterior, não pode continuar com o trabalho.

Aos colegas da faculdade que contribuíram ao tornarem agradáveis esses cinco anos de estudo e pelos trabalhos desenvolvido em equipe, fornecendo experiência para minha vida profissional.

E por fim aos meus pais que são responsáveis por toda a minha formação educacional e cultural, pois sem o esforço deles seguramente não seria possível a conclusão desta etapa de vida.

RESUMO

Este trabalho trata da relação entre escolaridade e ocupação no mercado de trabalho da RMS, e desenvolve um modelo logístico de distribuição de probabilidade que serve para avaliar como as variáveis: escolaridade (atributo adquirido), sexo, idade e cor (atributos natos) influenciam na probabilidade de indivíduo estar na situação de ocupado na PIA, para tanto foi utilizada a base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED. Além disso, foram feitas algumas inferências sobre a relação entre a escolaridade e a situação ocupacional (ocupado, inativo e desempregado), que possibilitou uma análise da importância do atributo escolaridade na definição da situação ocupacional.

SUMÁRIO

	LISTA DE TABELAS	7
1	INTRODUÇÃO	9
2	CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA DO CAPITAL HUMANO.....	13
2.1	A TEORIA DO CAPITAL HUMANO	13
2.2	A TEORIA DO CAPITAL HUMANO NA ATUALIDADE.....	14
3	MUDANÇAS NO PROCESSO PRODUTIVO E O DEBATE SOBRE A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	17
3.1	ASPECTOS GERAIS SOBRE A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO.....	17
3.2	O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES NAS FORMAS DE PRODUÇÃO E OS IMPACTOS NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	20
3.2.1	<i>Evolução do perfil educacional da população brasileira.....</i>	<i>25</i>
3.2.2	<i>Evolução do perfil educacional da população da Região Metropolitana de Salvador.....</i>	<i>28</i>
4	OCUPAÇÃO E ESCOLARIDADE NO MERCADO DE TRABALHO DA RMS.....	32
4.1	DIFERENÇAS NA SITUAÇÃO OCUPACIONAL SEGUNDO ALGUNS ATRIBUTOS SELECIONADOS.....	34
4.1.1	<i>Escolaridade e Situação Ocupacional.....</i>	<i>34</i>
4.1.2	<i>Escolaridade e Situação Ocupacional por Sexo.....</i>	<i>39</i>
4.1.3	<i>Escolaridade e Situação Ocupacional por Cor.....</i>	<i>42</i>
4.1.4	<i>Escolaridade e Situação Ocupacional por Faixa de Idade.....</i>	<i>43</i>
5	PROBABILIDADE DE ESTAR OCUPADO NA PIA, DADO A ESCOLARIDADE E ALGUNS ATRIBUTOS PESSOAIS (SEXO, IDADE E COR).....	50
5.1	DEFINIÇÃO DO MODELO DE PROBABILIDADE.....	50
5.1.1	<i>Fonte de dados.....</i>	<i>50</i>

5.1.2	<i>O modelo</i>	51
5.1.2.1	Ajuste do modelo.....	54
5.1.2.2	Avaliação dos coeficientes estimados.....	54
5.1.3.	<i>Hipóteses (Resultados Esperados)</i>	56
5.2	ESCOLARIDADE E ATRIBUTOS PESSOAIS (SEXO, COR E IDADE), PROBABILIDADE INDIVIDUAL DE SER OCUPADO NA PIA.....	58
5.2.1	<i>Resultado do Modelo</i>	58
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pessoas Analfabetas na População de 15 anos ou mais - Números Absolutos e Distribuição Percentual – Brasil, 1970 – 1996	26
Tabela 2 - Taxa de Analfabetismo na Faixa Etária de 15 anos ou mais por Grupos de Idade Brasil - 1970 - 1996	27
Tabela 3 – Distribuição da PEA, por Grau de Escolaridade - RMS, 1987 - 1989 e 1996 - 1998	28
Tabela 4 - Distribuição Relativa da PEA, por Grau de Escolaridade, Segundo a Situação Ocupacional - RMS, 1987-1989 e 1996-1998.....	29
Tabela 5 - Distribuição da PIA por Escolaridade – RMS, 1996 – 1999	35
Tabela 6 – Distribuição da PIA, por Situação Ocupacional – RMS, 1996 – 1999	35
Tabela 7 – Distribuição da PIA, por Situação Ocupacional, Segundo a Escolaridade – RMS, 1996 – 1999.....	36
Gráfico 1 – Distribuição da PIA, por Situação Ocupacional, Segundo a Escolaridade – RMS, 1996 – 1999.....	37
Tabela 8 - Distribuição da PIA, por Situação Ocupacional, Segundo Escolaridade e Sexo – RMS, 1996 – 1999.....	39
Gráfico 2 - Distribuição da PIA, por Situação Ocupacional (Ocupado e Desempregado), Segundo a Escolaridade e Sexo – RMS, 1996 – 1999.....	41
Tabela 9 - Distribuição da PIA, por Situação Ocupacional, Segundo a Escolaridade e Cor – RMS, 1996 – 1999	42
Gráfico 3 – Distribuição da PIA, por Situação Ocupacional, Segundo a Escolaridade e Cor – RMS, 1996 – 1999	43
Gráfico 4 – Distribuição da PIA, por Situação Ocupacional Ocupado, Segundo as Faixas de Idade – RMS , 1996/1999	44
Tabela 10 - Distribuição da PIA , por Situação Ocupacional, Segundo as Faixas de Idade – RMS, 1996 – 1999.....	46
Tabela 11 - Distribuição da PIA, por Situação Ocupacional, Segundo as Faixas de Idade – RMS, 1996 – 1999.....	47
Gráfico 5 – Distribuição da PIA, por Situação Ocupacional Ocupado, Segundo Faixas de Idade – RMS, 1996 – 1999	48

Quadro 1 – Especificação das variáveis para a serem utilizadas no modelo logístico de distribuição de probabilidade.....	55
Quadro 2 – Resultados esperados dos coeficientes de cada variável.....	56
Quadro 3 - Resultado da estimação logística da probabilidade de um indivíduo da PIA estar na condição de ocupado no mercado de trabalho da RMS	58

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 90, a economia brasileira sofreu uma série de transformações estruturais. A abertura comercial, que tinha como principal objetivo conter o processo inflacionário, foi realizada de forma abrupta e sem controle, tal fato desencadeou uma série de dificuldades para a economia do país, pois com a abertura, aumentou a competição dos produtos nacionais com os produtos estrangeiros, sendo que grosso modo, as empresas nacionais não estavam preparadas para essa concorrência. Essa competição gerou então, um processo de falência para muitas empresas, contribuindo, dessa forma, para a destruição de grande número de postos de trabalho. Além disso, as empresas que venceram essa etapa tiveram que passar por um processo de reestruturação produtiva nas suas estruturas para poderem competir com as empresas internacionais. Esse processo de reestruturação também levou a redução do número de postos de trabalho e a uma exigência maior em termos de qualificação do trabalhador.

Como resposta à abertura da economia, que gerou aumento da concorrência internacional, as empresas implementaram novas formas de organização do trabalho. Essas transformações que ocorrem na economia brasileira, com a introdução da reestruturação produtiva tiveram grandes impactos sobre o desempenho do mercado de trabalho: o aumento das taxas de desemprego, o crescimento do processo de precarização do trabalho, além da ascensão às discussões sobre o impacto da introdução de novas tecnologias e novas formas de gerência sobre a estrutura do emprego e a capacitação profissional do trabalhador.

Têm-se afirmado que os impactos da adoção de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho têm gerado aumento nos níveis de desemprego, porém é controversa essa afirmação, pois ao mesmo tempo em que elimina empregos, as novas tecnologias podem gerar novas atividades e conseqüentemente novos empregos. Não existe uma relação determinista de que nova tecnologia gera desemprego.

Contudo, o que há é um maior consenso de que as inovações tecnológicas e organizacionais requerem níveis de escolaridade mais elevados para os trabalhadores, pois estes têm que estarem aptos a lidarem com as novas tecnologias, por isso, a leitura, a

escrita, o raciocínio, a capacidade de comunicação, a capacidade de trabalhar em equipe etc., são algumas das competências exigidas ao novo trabalhador que em geral são adquiridas através da educação formal.

As inovações tecnológicas e organizacionais demandam um trabalhador qualificado. Emerge nesse processo um novo perfil e novo conceito de qualificação, que vai além do simples domínio de habilidades específicas, incluindo também ampla formação geral e sólida base técnica. Não basta mais que o trabalhador saiba fazer, é preciso também conhecer e acima de tudo saiba aprender. Ao buscar essas características, ou investir no seu desenvolvimento, o setor produtivo acorda para a realidade do baixo perfil educacional dos trabalhadores brasileiros. A questão educacional básica e profissional começa a sair da órbita acadêmica e entrar na pauta do setor produtivo e de toda a sociedade.

Num contexto de grandes mudanças, que estão ocorrendo na economia brasileira, com elevadas taxas de desemprego, aumento do processo de precarização do trabalho, busca pela desregulamentação do mercado de trabalho, torna-se importante investigar quais são as principais características que o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador valoriza no trabalhador, e se a escolaridade é realmente umas das características importantes para determinar a situação ocupacional do indivíduo como ocupado.

Este trabalho tem como principal objetivo analisar a importância da variável escolaridade para determinação da condição de ocupado no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. Para atingir tal objetivo, optou-se pela utilização dos dados coletados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED¹ que produz informações sobre a estrutura e dinâmica do mercado de trabalho desta região.

O presente trabalho está dividido em 5 capítulos, incluindo esta introdução. No segundo capítulo, discute-se a Teoria do Capital Humano, que na sua versão original estabelece a relação entre educação e renda. Serão abordados os principais pontos desta teoria, bem

¹ A PED/RMS é uma iniciativa do governo do Estado da Bahia – SEI, órgão da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC e da Secretaria do Trabalho e Ação Social – SETRAS, em parceria com o DIEESE, Fundação SEADE e Universidade Federal da Bahia, através da Faculdade de Ciências Econômicas.

como a nova forma que a referida teoria assume, na qual muitos estudiosos afirmam ser o indivíduo o principal responsável pela sua qualificação e que para obterem essa qualificação é preciso investir em educação (capital humano), só que não mais para receber rendimentos maiores e sim para manter-se empregado no mercado de trabalho, ou seja, a educação não apenas para detenção de rendimentos maiores, mas para elevação da condição de empregabilidade. O indivíduo passa a ser o principal responsável por sua situação desfavorável no mercado de trabalho caso não invista em educação. Ainda será mostrado que o capital humano, atualmente, é analisado num sentido mais amplo, não se limitando sua relação à questão dos rendimentos, mas sim ao próprio desenvolvimento de uma economia.

No terceiro capítulo faz-se uma breve discussão sobre as mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho num contexto de grandes transformações porque passa o sistema capitalista de produção, a partir da década de 70 no mundo e início da década de 90 no Brasil, com o processo de globalização, a reestruturação produtiva e as políticas neoliberais. Diante desta três principais características que o sistema capitalista assume neste final de século, serão discutidos seus principais impactos sobre o mundo do trabalho e principalmente sobre a questão da qualificação profissional. Esta discussão será feita tanto em um plano mundial, quanto em relação ao mercado de trabalho brasileiro e da Região Metropolitana de Salvador, mostrando as principais características destes mercados de trabalho e os seus principais problemas. Serão destacados também neste capítulo os novos requisitos de qualificação que as transformações no sistema de produção tem solicitado.

No capítulo 4 é abordada a questão da realidade empírica com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego. Nesse momento, procura-se investigar a relação entre a variável escolaridade e a situação ocupacional das pessoas. Para execução da análise a escolaridade foi dividida por faixas: analfabetos, 1º grau incompleto, 1º grau completo, 2º grau incompleto, 2º grau completo, 3º grau incompleto e 3º grau completo. A situação ocupacional está dividida em: ocupados, desempregados e inativos.

O universo de análise é a População em Idade Ativa – PIA² no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, que corresponde a um número de observações de 206.103.

No capítulo 5, procura-se investigar empiricamente os condicionantes da probabilidade de um indivíduo se encontrar na situação ocupacional na condição de ocupado na População em Idade Ativa, através do modelo de probabilidade logística. Antes serão mostradas as principais características do modelo e as hipóteses operacionais para execução do mesmo, bem como as principais variáveis que serão utilizadas. Por fim os principais resultados serão apresentados.

² A População em Idade Ativa são todos os indivíduos com idade a partir de 10 anos, segundo a metodologia da PED (Pesquisa de emprego e desemprego) que será utilizada como fonte de dados para execução deste trabalho. Para o IBGE, na sua Pesquisa Mensal de Emprego (PME) a PIA é toda a população com idade a partir de 15 anos.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA DO CAPITAL HUMANO

2.1 A TEORIA DO CAPITAL HUMANO

A temática do capital humano tem se apresentado com destaque na atualidade. Na sua origem essa teoria prega que as desigualdades dos rendimentos dos trabalhadores no mercado de trabalho refletem as diferenças na formação educacional dos indivíduos que compõem a força de trabalho. Em linhas gerais, a Teoria do Capital Humano toma como suporte a causalidade entre educação e rendimento, submetida a seguinte lógica: as pessoas se educam, pois a educação tem como efeito mudar ou aprimorar as habilidades e o conhecimento dos indivíduos que por seu turno aumentará a produtividade dos mesmos, permitindo receber maiores rendimentos.

A Teoria do Capital Humano tenta explicar as diferenças entre os rendimentos auferidos pelos indivíduos. A razão para tal diferença é a educação, em geral uma pessoa com nível de escolaridade alto terá rendimentos maiores do que uma pessoa com baixo nível de escolaridade.

Para Schultz (1973) investimentos em capital humano são aqueles efetivamente realizados com o objetivo de gerar ou aprimorar a capacidade técnica, os conhecimentos dos indivíduos, os quais possibilitem a maior capacitação e habilitação destes para a execução do trabalho produtivo e elevação dos seus rendimentos. A educação é apenas uma das categorias de investimento em capital humano estabelecido por Schultz, as demais são: a pesquisa, a migração, a alimentação, a habitação, os cuidados médicos e o treinamento no trabalho.

As outras categorias de investimento assinaladas por Schultz têm características e efeitos de difícil mensuração, de modo que, a Teoria do Capital Humano preocupou-se, fundamentalmente, com o desenvolvimento de recursos humanos, com especial atenção aos investimentos em educação formal (escolaridade) e seus efeitos sobre os salários dos indivíduos.



2.2 A TEORIA DO CAPITAL HUMANO NA ATUALIDADE

A Teoria do Capital Humano, em sua origem, estabelece a relação entre educação e renda, porém atualmente essa teoria vem sendo utilizada de uma outra forma. Muitos estudos têm mostrado que é preciso que os indivíduos invistam em educação (capital humano), só que agora não mais para receberem rendimentos maiores e sim para manter-se empregados no mercado de trabalho. A educação não mais para se deter rendimentos maiores, mas para alcançar uma maior “empregabilidade”.

Vários trabalhos que tratam deste tema têm mostrado que o trabalhador para obter um emprego e o mais importante, para se manter no mercado de trabalho, precisa torna-se empregável, ou seja, o trabalhador para continuar no emprego deve permanecer em constante atualização e estudo, deve estar preparado para desenvolver várias carreiras e diferentes trabalhos durante a sua vida profissional. É neste ambiente que surge a termo “empregabilidade”, que corresponde justamente à capacidade deste trabalhador tornar-se empregável. Os principais ingredientes da empregabilidade são: competência profissional, disposição para apreender e capacidade de empreender (Mehedff, 1996, p.2).

A idéia de que o trabalhador deve permanecer em constante aprendizado significa uma radicalização da Teoria do Capital Humano, pois atualmente, os trabalhadores devem estar em contínua educação, não apenas para a promessa de rendimentos superiores, mais talvez, como a única chance posta ao sujeito de permanecer em condições de “empregabilidade” (Azevedo, M. 1999, p.4).

“O sistema de acumulação flexível demanda um modelo ideológico justificador do individualismo na educação: a responsabilidade em sua formação/qualificação pode significar o bônus de estar ativamente no mercado de trabalho e a negligência em sua atualização o ônus do desemprego” (Ibid., 1999, p.5).

As altas taxas de desemprego e os requisitos constantes de novas habilitações para o trabalhador formam o cenário apropriado para reafirmar a necessidade do trabalhador investir em novos conhecimentos e de procurar novas qualificações. Essa concepção de

que o trabalhador é o principal responsável pela sua situação desfavorável no mercado de trabalho, caso não haja o investimento em educação, serve para colocar o ônus do desemprego na figura do trabalhador, desresponsabilizando, assim, o governo e sua política econômica, principais responsáveis pelo aumento das taxas de desemprego.

Outro aspecto importante de destaque na atualidade é que crescimento econômico está diretamente relacionado ao investimento em capital humano. Este tipo de investimento explica a superioridade produtiva e tecnológica dos países desenvolvidos.

Um exemplo claro de que o investimento em capital humano é um fator importante para o crescimento econômico foi a rápida recuperação, após a II Guerra Mundial, de países como o Japão que teve toda as suas fábricas e equipamentos destruídos (capital não humano), mas o seu povo tinha capital humano acumulado e por isso este país teve a sua recuperação rápida e hoje é umas das grandes potências mundiais.

Para os países ditos pobres (subdesenvolvidos) ou em desenvolvimento a razão para a dificuldade de crescimento econômico pode ser explicada pelo descompasso existente entre o capital físico (máquinas e equipamentos) e as capacitações humanas (capital humano). A falta de desenvolvimento é explicada pela existência de uma carência de mão-de-obra qualificada para trabalhar nas novas condições de tecnologia, ou seja, a falta de investimento em educação dificulta o desenvolvimento econômico.

O dinamismo econômico está cada vez mais associado ao conhecimento, as habilidades e a experiência dos trabalhadores, e não ao capital físico. A qualidade dos trabalhadores e a eficiência de sua relação com as empresas determinarão, em última análise, a rapidez do progresso econômico das nações.

Para alguns autores ligados a Teoria do Capital Humano, a educação de um povo tem impacto direto sobre o crescimento econômico de um país.

“Quando se discute a relação entre educação e desenvolvimento econômico, especialmente a partir da Teoria do Capital Humano, o que se procura afirmar logo de imediato é uma relação de causas e efeito entre nível educacional e performance econômica” (Bruno, 1996, p.102).

O esforço do trabalhador pela sua escolarização/qualificação poderá significar, em nível individual, condições de empregabilidade e, num plano macroeconômico, aumento da produtividade, por consequência, segundo este raciocínio, a produção total do país tenderá a crescer de acordo com maiores investimentos em educação, criando novos postos de trabalho.

3 MUDANÇAS NO PROCESSO PRODUTIVO E O DEBATE SOBRE A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

3.1 ASPECTOS GERAIS SOBRE A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

Após a década de 70, a economia mundial passou por uma série de transformações tanto na sua estrutura produtiva, com a introdução de novas formas de organização da produção e de gestão do trabalho, como na política com a disseminação do neoliberalismo, além do avanço do processo de globalização. Esses três fenômenos são distintos, mas estão intrinsecamente relacionados e se realimentam. As transformações que ocorreram na estrutura produtiva caracterizam a chamada reestruturação produtiva que está associada a um novo paradigma produtivo, cuja característica essencial baseia-se na *acumulação flexível*, em oposição ao modo de organização da produção taylorista/fordista³.

Diante dessas mudanças e do aumento da concorrência intercapitalista (globalização dos mercados), as empresas passaram a reformular as suas estruturas produtivas, com novas formas de organização da produção e gestão do trabalho. Estas reformulações nas suas estruturas produtivas estão sendo feitas visando redução de custos de produção, melhoria na qualidade e diversificação dos produtos a fim de aumentarem sua competitividade e ampliarem os seus mercados.

Esse novo paradigma produtivo, baseado na flexibilidade produtiva, apresenta algumas características importantes. A primeira corresponde a mudanças tecnológicas trazidas pelo desenvolvimento da microeletrônica (informática) que possibilitou a automação flexível em substituição da automação rígida, de base eletromecânica, que possibilita rápidas mudanças no processo produtivo para as empresas poderem fazer frente às flutuações de demanda e a instabilidade dos mercados, além de ter possibilitado o avanço do processo de globalização.

³ Para um detalhamento da questão do fordismo ver Filgueiras (1997).

A outra característica deste processo está relacionada às mudanças nas relações entre as empresas, na qual dissemina-se a prática de terceirização, que consiste em externalizar as atividades que não correspondem ao foco da empresa, contratando os serviços de outras empresas, que define os trabalhadores para a execução de serviços, anteriormente, realizados pela empresa contratante. Com isso as empresas contratantes concentram todos os seus esforços sobre a atividade principal, ganhando eficiência, com a redução de custos e aumento da produtividade.

A terceira característica está relacionada às mudanças ocorridas na organização gerencial das empresas, com introdução de novos métodos de gestão, como a adoção de práticas como o “just-in-time”, que corresponde à reorientação dos fluxos de produção no sentido da demanda para a produção, ou seja, a produção na quantidade e momento exato, conforme os pedidos da demanda causando a inexistência de estoques.

Outra mudança nos métodos de gestão é a redução dos níveis hierárquicos, tendo em vista criar, dentro da empresa, mecanismos de informação e de comunicação mais eficientes e diretos para que as decisões sejam tomadas de forma mais ágil. Essa diminuição dos níveis hierárquicos tem possibilitado uma maior participação do trabalhador na gestão do processo de produção. Tais mudanças implicam numa força de trabalho flexível (polivalente), mais qualificada, capaz de realizar vários tipos de tarefas.

No mercado de trabalho, o processo de modernização produtiva, no qual a base é a idéia de flexibilidade, tem procurado uma maior liberdade na relação entre capital e trabalho, com a busca pela desregulamentação dos mercados de trabalho. Vários países já adotaram essa política de desregulamentação do mercado de trabalho (política neoliberal) e outros, como o Brasil já estão tentando desregulamentar o mercado de trabalho.

Essas mudanças estruturais porque vêm passando as economias tem determinado grandes alterações sobre as formas do emprego e os requerimentos de qualificação. Porém, existe muita polêmica quanto ao efeito da implantação de novas tecnologias sobre o emprego, tanto no seu aspecto quantitativo como qualitativo. No aspecto quantitativo, para uma linha de pensadores, o progresso técnico é por natureza destruidor de emprego, pois as máquinas e equipamentos substituem o trabalhador.

No outro extremo, há uma corrente de pensadores que acredita na tese de que a tecnologia não gera desemprego. Segundo essa tese, a tecnologia acaba com os empregos no local no qual ela foi implantada, mas no geral, essa perda é compensada com a expansão da economia, que cria novas atividades, novas ocupações, gerando novos empregos. A visão otimista sobre o efeito da inovação tecnológica sobre o emprego, argumenta da seguinte forma:

“O aumento da produtividade num setor, produz sempre, de uma forma ou de outra, inclusive através de menores preços, aumentos reais de renda e, portanto, aumentos de gastos que, por sua vez, resultarão em nova demanda de trabalho, naquele setor ou em outras atividades, de modo a compensar os postos perdidos pelo aumento inicial da produtividade” (Salm; Fogaça, 1997, p.3).

Essas duas teses apresentadas são deterministas, uma afirma que a tecnologia gera desemprego, a outra diz que a tecnologia não gera desemprego. Porém, há uma terceira explicação, que afirma que não existe nenhuma relação determinista entre tecnologia e emprego. A tecnologia pode e não pode gerar emprego, depende de outros fatores, que estão mais relacionados ao processo de escolhas políticas e econômicas, a tecnologia por si só, não é capaz de gerar emprego ou desemprego, depende de decisões que são tomadas por pessoas: os critérios que vão orientar a pesquisa científica e tecnológica e os critérios de seleção das inovações. São essas decisões que vão determinar a qualidade e o ritmo que o progresso técnico é desenvolvido.

Quanto ao aspecto qualitativo do emprego, de exigência ou não de trabalhadores mais qualificados, existem três explicações diferentes sobre o impacto da tecnologia sobre a qualidade do emprego. A primeira explicação afirma que a tecnologia acelera o processo de desqualificação do trabalhador⁴, além de intensificar o trabalho, gerando uma maior subordinação do trabalhador. A segunda explicação diz que o progresso técnico é um meio de eliminar as penosidades do trabalho, concentrando as atividades em ocupações de

⁴ Na década de 70, com o surgimento da obra Trabalho e Capital Monopolista de Harry Braverman, identificou-se na automação o estágio final da degradação e desqualificação do trabalho, essa interpretação ficou conhecida como “bravermania”.

controle (gerenciais), comunicações, que exigem mais qualificação e gera uma maior autonomia do trabalhador.

Assim como no aspecto qualitativo, percebemos que, quanto à questão da qualidade do emprego, existem duas teses totalmente contrárias, e uma explicação alternativa, que acredita que a tecnologia pode qualificar e desqualificar ao mesmo tempo, vai depender novamente das escolhas políticas e econômicas que são executadas por pessoas. São as escolhas por técnicas e equipamento e a forma que o trabalho será organizado que determinará mais qualificação ou menos qualificação. É o modo de regulação social que vai determinar a qualidade no emprego e, por conseguinte o grau de qualificação do trabalhador.

A avaliação a respeito do processo de reestruturação produtiva, com a adoção de novas tecnologias e novas formas de organização e gestão do trabalho, é que ele é responsável pela exigência de um trabalhador mais qualificado. Mas, paralelamente a isso, o processo de modernização da economia não faz desaparecer as formas de trabalho que exigem pouca qualificação do trabalhador, que em geral, são as maiorias, principalmente no Brasil, onde a estrutura produtiva se concentra em setores que oferecem postos de trabalho que exigem pouca qualificação.

3.2 O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES NAS FORMAS DE PRODUÇÃO E OS IMPACTOS NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

No Brasil, o processo de reestruturação produtiva só se intensifica a partir dos anos 90, com a política de abertura comercial⁵. Essa política fez aumentar a concorrência para as empresas nacionais, forçando-as a iniciarem uma reorganização na forma de produção para poderem competir com as empresas estrangeiras. A falta de uma política industrial que preparasse as empresas nacionais para a concorrência internacional, fez com que as

⁵Segundo o professor Dedecca, a falta de concorrência externa e a crescente incerteza econômica, não induziram um processo de reorganização produtiva até o final da década de 80.

inovações tecnológicas acontecessem de forma setORIZADA e limitada, prevalecendo à introdução de inovações organizacionais em detrimento da incorporação de novas tecnologias.

A abertura comercial desenvolvida de forma abrupta e violenta somada ao conjunto medidas políticas, implementadas após o Plano Real: valorização da moeda, aumento das taxas de juros e aperto ao crédito etc., desencadearam um processo de “quebra” nas empresas nacionais dos diversos setores da economia, pois tais medidas de políticas econômicas criaram uma série de dificuldades para as empresas nacionais, cujos efeitos são, em última instância, ao nível do mercado de trabalho, o aumento do desemprego e crescimento de formas de trabalho precárias – sem carteira assinada e conta própria – além da redução dos rendimentos reais do trabalhador.

As consequências deste rápido processo de reestruturação, conduzido pelas empresas nacionais, para fazerem frente à concorrência internacional, tiveram grandes impactos sobre o mercado de trabalho. Como bem observou Dedecca (1993, p.22): “Os resultados desse rápido e violento processo de reorganização têm sido a redução dos níveis de emprego e de renda, que debilitaram a inserção dos diversos segmentos de trabalhadores no mercado de trabalho...”.

Outros autores também mostram as consequências das mudanças no processo produtivo sobre o mercado de trabalho brasileiro, segundo Alves (1997a, p.8), existem duas consequências que embora sejam diferentes em sua forma de manifestação, estão intrinsecamente relacionadas. Primeiro, o crescimento econômico não tem conseguido gerar empregos no ritmo necessário para absorver a população que ingressa no mundo do trabalho assalariado regulamentado, surgindo várias formas de contratação desregulamentadas e trabalhos por conta-própria e por fim elevando o contingente de trabalhadores desempregados. Segundo, vêm ocorrendo uma polarização dos postos de trabalhos em bons e maus empregos, sendo que os primeiros tendem a ser destinados aqueles trabalhadores que possuem um melhor grau de escolaridade, devido às novas exigências do mercado de trabalho e o segundo são em sua maioria ocupados por trabalhadores com baixos níveis de escolaridade.

Com a crescente necessidade de aumentar a competitividade dos seus produtos, às empresas nacionais passaram a requerer novas formas de contratação baseadas na flexibilização das relações de trabalho: flexibilidade para a contratação e dispensa do trabalhador com salários pagos sobre a produção; flexibilidade da jornada de trabalho e flexibilidade da remuneração do trabalhador. Todas essas formas, totalmente de acordo com a base do processo de reestruturação produtiva que é a flexibilidade. Para as empresas, parte dessas mudanças são formas de diminuir a rigidez que existe no mercado de trabalho, para poderem ganhar mais flexibilidade na produção e aumentarem a sua competitividade.

Essa tendência de desestruturação do mercado de trabalho tem levado ao aumento da informalidade e precariedade que pode ser comprovada pelos dados que mostram a transformação da dinâmica do mercado de trabalho brasileiro. O grau de precariedade – aqui visto como soma dos sem carteira com os trabalhadores por conta própria – passou de 38% em 1988 para 50% em 1995 da PEA (Boletim Economia, p.2). Esse processo de precarização atinge os diferentes grupos sociais de forma diferenciada, sendo maior entre os jovens, as mulheres e os negros.

Com as transformações que ocorreram na economia do país, a partir da década de 90, a questão da educação passa a fazer parte das discussões e começa a surgir várias críticas ao sistema de ensino no Brasil, devido ao seu fraco desempenho. Essa preocupação com a educação surge porque a internacionalização da economia brasileira e a introdução de novas tecnologias e formas de organização do trabalho determinam novos perfis ocupacionais para os quais a escolaridade básica completa aparece como uma condição necessária. ↴

Diante da constatação de que educação passa a ser um elemento chave para o aumento da produtividade da economia brasileira algumas medidas vêm sendo tomadas por parte do governo, o discurso oficial aponta para dois eixos básicos de atuação: melhorar a qualidade do sistema educacional em todos os níveis e adequar o ensino técnico da rede pública às novas demandas colocadas pela esfera produtiva.

Os novos requisitos escolares que são demandados dos trabalhadores indicam um movimento de revalorização da educação geral, cuja base da qualificação profissional não

está localizada unicamente nos cursos vocacionais e nos sistemas de formação profissional, mas sim na educação geral, ou seja, “é a escola de educação geral que, através do desenvolvimento das habilidades intelectuais e do domínio dos conhecimentos científicos básicos, criará a base sobre a qual se fará, posteriormente, a qualificação profissional” (Salm; Fogaça, 1997, p. 10).

“O núcleo de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas ao longo do processo educacional constitui um requisito essencial para que a força de trabalho possa ampliar as oportunidades de incorporação e de desenvolvimento no futuro mercado de trabalho, objetivando sua valorização pessoal e profissional e o atendimento de novas exigências de qualificação” (Vieira; Alves, 1995, p. 8).

Autores como Marshall, no século passado, já afirmavam a necessidade de uma educação geral, que ele denominava “habilitação geral”. O desenvolvimento de uma habilidade geral depende, segundo este autor, de um ambiente familiar e cultural favorável desde a infância e juventude e principalmente da educação escolar.

A habilidade geral, segundo Marshall, cria a capacidade do trabalhador conviver com a mudança de ocupações, não estando preso a uma única função “trabalhador especializado”.

“Da mesma maneira que um jogador de críquete aprende com facilidade a jogar tênis, um operário especializado pode, frequentemente, mudar de ofício sem grande perda de eficiência. A habilitação manual, especializada a ponto de não poder ser transferida de uma ocupação para outra, está-se tornando um fator de produção de importância cada vez menor” (Marshall, 1996, p. 263).

Marshall descreve dois tipos básicos de habilitação: uma “habilitação geral” que correspondem aos conhecimentos de ordem geral e inteligência e outra “habilidade especializada” que significa a capacidade manual e o conhecimento de materiais especiais e dos processos necessários para a execução de uma determinada tarefa. Ele se refere a

uma qualificação geral que habilita o indivíduo a ser um trabalhador “polivalente” e uma qualificação especializada que habilita o indivíduo apenas para um determinado tipo de trabalho. Para Marshall, a primeira é que deve ser valorizada.

Assim, o pensamento de Marshall está de acordo com o novo padrão tecnológico que tem requerido um perfil novo do trabalhador: com maiores habilidades de comunicação oral e escrita; capacidades de realizar trabalhos em grupo; executar várias tarefas (polivalência), habilidade para usar computadores e outras tecnologias; capacidade de resolver problemas apresentando alternativas. Essas habilidades, em geral exigem como base à educação formal e são aperfeiçoadas ao longo da vida profissional do trabalhador.

↳ Vários autores têm discutido a importância quanto à questão da qualificação profissional neste novo cenário econômico e diversos trabalhos têm evidenciado que o mercado de trabalho tem exigido trabalhadores mais qualificados. Entre esses autores, Azevedo (1997, p.363) afirma que a: “Expansão da demanda de serviços, competição internacional intensificada destruindo a produção local, inovações tecnológicas no processo produtivo contribuem para um aumento da demanda de mão-de-obra mais qualificada, em substituição aos trabalhadores sem qualificação”.

↳ Pochmann (1998, p.76), também enfatiza a necessidade de uma maior nível de escolaridade para o trabalhador, para que este possa atender os novos requisitos profissionais, pois segundo ele, estes são indispensáveis para o ingresso e permanência do trabalhador no mercado de trabalho.

↳ Muitos estudiosos das questões do mercado de trabalho têm imputado as mazelas do desemprego e da precariedade ao perfil educacional desfavorável da força de trabalho, ou seja, a decorrência do desemprego, em um contexto de reestruturação produtiva, é creditada ao trabalhador brasileiro pelo seu perfil de qualificação desfavorável. Partindo desse ponto de vista, se explica a questão do desemprego, pelas frágeis condições de empregabilidade do trabalhador brasileiro.

“Em face da vertiginosa rapidez como vem se dando a exclusão de amplos contingentes da força de trabalho – seja, entre outras coisas, pelo desemprego tecnológico, seja pela abrupta obsolescência de consolidados ofícios – tem-se buscado na própria figura do indivíduo que procura trabalhar, possíveis aspectos restritivos à sua inserção ocupacional” (Santana, 1999, p. 44).

Existe esta interpretação do problema do desemprego que credita ao trabalhador e ao seu perfil educacional desfavorável a responsabilidade de estar desempregado. Porém, é importante ressaltar que a qualificação profissional, por si só não garante emprego, este depende de condições macroeconômicas favoráveis que gerem crescimento econômico capaz de criar novos postos de trabalho.

Sendo assim, a educação tem se configurado como umas das condições necessárias para o trabalhador pleitear um posto de trabalho, mas não é suficiente. Contudo, é importante o investimento em educação por parte de todos, pois o mercado de trabalho tem exigido trabalhadores com níveis de escolaridade maiores e comprovadamente a educação é importante para a própria cidadania. Todavia, é preciso relativizar a importância da educação na inserção do trabalhador no mercado de trabalho, assim como na sua condição ocupacional, porque além de não garantir emprego, a qualificação da força de trabalho envolve outros atributos, que não se limitam apenas à escolaridade. A experiência do trabalho acumulada; o tempo de permanência no emprego e os cursos de especialização são outras formas de qualificação profissional que são relevantes nos processos de seleção do trabalhador.

3.2.1 Evolução do perfil educacional da população brasileira

No Brasil, a educação é um problema grave que dificulta o desenvolvimento do país, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar – PNAD⁶ de 1995, 34%

⁶ PNAD – Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar, realizada pelo IBGE, desde o ano de 1967, seu levantamento é anual, fornece informações a respeito de algumas características sócio-econômicas da população.

da População Economicamente Ativa – PEA – ocupada têm menos de quatro anos de estudo, outros 33% têm entre quatro e sete anos, o que significa que 67% da PEA, ou 2/3, não concluíram o 1º grau. Essa situação não é muito diferente para a Região Metropolitana de Salvador, segundo dados da PED – 1996/1998, a maior parte da população ocupada tem baixa escolaridade, cerca de 52,3% têm no máximo o 1º grau completo. Índices de escolarização baixos, se comparados com o padrão de 12 anos de estudos necessários, exigidos nos países desenvolvidos.

Entretanto, nos últimos anos pode-se verificar uma melhoria no perfil educacional da população brasileira. Os dados da tabela 1 mostram uma redução acentuada da taxa de analfabetismo. Essa redução tem sido mais acelerada na década de 90, no qual a taxa de analfabetismo passou de 20,10%, em 1991, para cerca de 14,70%, em 1996. Esta taxa de analfabetismo ainda é extremamente elevada comparada com as dos países desenvolvidos, e por isso, o país precisa avançar ainda mais para solucionar este problema tão grave que é o analfabetismo.

Tabela 1 – Pessoas Analfabetas na População de 15 anos ou mais - Números Absolutos e Distribuição Percentual – Brasil, 1970 – 1996

Ano	Número Absoluto	Percentual (%)
1970	18.146. 977	33,60
1980	18.651. 762	25,40
1991	19.233. 239	20,10
1996	15.560. 260	14,70

Fonte: Fonte: Censos Demográficos IBGE: 1970, 1980 e 1991, PNAD (IBGE) 1996 e Contagem Populacional 1996.

A tabela seguinte mostra a evolução da taxa de analfabetismo por faixa de idade. Os dados da tabela 2 mostram que a redução dos índices de analfabetismo ocorre, sobretudo, entre os grupos mais jovens da população, de 15 a 19 anos. Além disso, os dados dos últimos levantamentos do IBGE indicam que as maiores proporções de analfabetos concentram-se cada vez mais nos grupos de maior idade.

No entanto, é necessário observar que tem havido redução das taxas de analfabetismo em todos os grupos de idade, muito embora sua intensidade diminua conforme aumentam as faixas etárias da população. Assim, o percentual de analfabetos entre as pessoas com idade de 15 a 19 anos caiu de 24,3% em 1970, para 6,0% em 1996. A queda foi igualmente significativa no grupo de 20 a 24 anos, com uma redução de 26,5% para 7,1% no mesmo período. O índice de analfabetismo também já é inferior a dois dígitos no grupo de 25 a 29 anos (8,1%). Os grupos de idade com mais de 30 anos, em contraste, apresentam taxas bem mais elevadas, sobretudo entre a população com mais de 50 anos, na qual ainda se verifica uma proporção de 31,5% de analfabetos.

Tabela 2 - Taxa de Analfabetismo na Faixa Etária de 15 anos ou mais por Grupos de Idade Brasil - 1970 - 1996

Ano	Taxa de Analfabetismo (%)						
	15 anos ou mais	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 anos ou mais
1970	33,60	24,30	26,50	29,90	32,90	38,50	48,40
1980	25,40	16,50	15,60	18,00	24,00	30,80	43,90
1991	20,10	12,10	12,20	12,70	15,30	23,80	38,30
1995	15,60	6,80	7,50	9,30	11,00	16,70	32,70
1996	14,70	6,00	7,10	8,10	10,20	15,50	31,50

Fonte: IBGE - PNAD 1996.

Nota: Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá em 1995 e 1996.

Os dados acima indicam uma melhora no nível educacional da população brasileiro e, além disso, o perfil educacional mais desfavorável está relacionado, sobretudo, com a população com mais idade, podemos assim esperar uma situação futura mais favorável, à medida que a população vá se renovando.

3.2.2 Evolução do perfil educacional da população da Região Metropolitana de Salvador

Para o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, os dados da tabela 3, também mostram que ocorreu uma melhora acentuada no nível de escolaridade da população economicamente ativa, apesar da grande deficiência que se encontra grande parte da população em termos de educação. Enquanto no período de 1987-1989 só 24% da PEA tinha completado o 2º grau, em 1996-1998⁷ o percentual dos que tinham o 2º grau completo passou para 36,5%. Logo, os dados mostram que ocorreu uma evolução na educação da população da RMS, mas ainda de forma insuficiente.

Tabela 3 – Distribuição da PEA, por Grau de Escolaridade - RMS, 1987 - 1989 e 1996 - 1998

Grau de Escolaridade	1987 -1989		1996-1998	
	%	% acumulada	%	% acumulada
Analfabeto	10,00	100,00	4,80	100,00
1º grau incompleto	51,20	90,00	42,00	95,20
1º grau completo	8,70	38,80	9,00	53,20
2º grau incompleto	6,10	30,10	7,70	44,20
2º grau completo	17,20	24,00	24,80	36,50
3º grau incompleto	2,20	6,80	3,50	11,70
3º grau completo	4,60	4,60	8,20	8,20
Total	100,00		100,00	

Fonte: PED RMS – SEI/UFBA, DIEESE, SEADE.

Podemos observar na tabela 4 que o fenômeno do desemprego se aprofunda, apesar de que, devido à natureza dos dados, por se tratar de amostras diferentes, deve-se se ter cautela na

⁷ Esses resultados foram apresentados para os períodos de 1987 a 1989 e de 1996 a 1999 porque a PED foi interrompida no período de 1990 a 1995.

afirmação sobre tal resultado. No entanto, sabemos, através de outras pesquisas – PME e PNAD – que houve elevação das taxas de desemprego. Observamos que ocorreu uma significativa elevação da taxa de desemprego na RMS, de 16,4% em 1987 – 1989, para 22,7% no período de 1996 – 1998. Contudo, o fenômeno “desemprego” atinge todas as pessoas com diferentes níveis de escolaridade, todavia, não se manifesta de forma uniforme para toda a população. Notamos que o mesmo varia de acordo com o grau de escolaridade, sendo que as pessoas que possuem graus de escolaridade mais altos são menos afetadas por esse problema.

Tabela 4 - Distribuição Relativa da PEA, por Grau de Escolaridade, Segundo a Situação Ocupacional - RMS, 1987-1989 e 1996-1998

Grau de Escolaridade	1987-1989		1996-1998		Variação Relativa da população ocupada (1987-1989 /1996-1998)
	Ocupado (%)	Desemprego Total (%)	Ocupado (%)	Desemprego Total (%)	
Analfabeto	89,70	10,30	80,90	19,10	-9,80
1º grau incompleto	82,50	17,50	73,00	27,00	-11,50
1º grau completo	81,90	18,10	73,30	26,70	-10,50
2º grau incompleto	76,60	23,40	69,20	30,80	-9,70
2º grau completo	86,00	14,00	81,90	18,10	-4,80
3º grau incompleto	87,20	12,80	80,50	19,50	-7,70
3º grau completo	96,10	4,00	93,40	6,60	-2,80
Total	83,50	16,40	77,30	22,70	-7,40

Fonte: PED RMS – SEI/UFBA, DIEESE, SEADE.

Outros estudos também têm mostrado que as pessoas com níveis de escolaridade maiores são menos afetadas pelo desemprego em relação aos indivíduos de pouca escolaridade. Porém, é importante, reafirmar que embora a força de trabalho mais escolarizada possa estar mais preparada para lidar com o novo padrão produtivo, seu efetivo aproveitamento no mercado de trabalho irá depender das condições econômicas do país, do nível de crescimento da economia e de sua capacidade de gerar novos empregos que será fruto das

estratégias que as empresa irão definir, através dos investimentos em novos negócios. Por isso, a escolaridade por si só não será capaz de garantir emprego.

Para alguns autores essa melhoria no perfil educacional tem levado as empresas a serem mais seletivas no processo de contratação, pois com as dificuldades que se apresentam no funcionamento do mercado de trabalho brasileiro - com elevadas taxas de desemprego, pelo aumento da informalidade e a falta de perspectivas sobre uma possível retomada do crescimento e consequente elevação do nível de emprego - dá maiores poderes às empresas na hora de contratar.

“Essas (as empresas) se aproveitam de grande disponibilidade de força de trabalho para atuarem de maneira discriminatória no mercado de trabalho, optando por recrutar, quando necessário, os trabalhadores com melhor nível educacional e de qualificação e, em consequência, por reduzir os custos de adaptação e treinamento desses trabalhadores” (Dedecca, 1998a, p. 130).

Azevedo (1999, p.15) também chama atenção para esse fenômeno, segundo este autor houve uma melhora no nível de escolaridade dos trabalhadores ocupados no mercado de trabalho da RMS, embora o mesmo não acredite que ocorreu um aumento na demanda por trabalhadores qualificados, para ele parece ter ocorrido uma melhora na escolaridade dos que permaneceram ocupados, indicando que houve uma diferenciação na política de dispensa, maior que nas admissões em favor dos mais escolarizados.

Dentro deste mesmo enfoque, existe uma outra questão bastante importante. Será que as empresas estão demandando força de trabalho com maior nível de escolaridade por que há uma exigência maior por parte do processo de modernização produtiva ou será que esse aumento na demanda por pessoas mais qualificadas é fruto apenas de uma maior oferta de indivíduos mais educados, no contexto de elevada taxa de desemprego? A resposta para tal questão é difícil, porém alguns autores acreditam que o aumento da demanda por mão de obra com maior nível de escolaridade pode relacionar-se ao aumento da oferta de força de trabalho mais escolarizada, de modo que as empresas possam vir a valorizar aquele

atributo como um critério de seleção, e não necessariamente como uma exigência do processo de reorganização produtiva (Cacciamali; Pires, 1995, p.53).

Uma explicação para tal fenômeno é a de que no Brasil a estrutura ocupacional apresenta alta concentração de ocupações profissionais inferiores (operações simples e manuais) e baixa concentração de ocupações intermediárias e superiores, responsáveis pela utilização de trabalhadores com maiores níveis de escolaridade. Tal fato deve-se a estrutura setorial da atividade econômica que se concentra no setor de serviços, principalmente no subsetor de serviços pessoais, cujos postos de trabalho são em sua maioria inferiores, exigindo pouca qualificação. Como a participação da indústria não é tão expressiva, existe uma dificuldade para o fortalecimento dos serviços modernos, ligados ao processo produtivo, então o setor terciário tende a ter poucas condições de generalizar as ocupações profissionais superiores que exigem níveis de escolaridade maiores.

Pode estar ocorrendo no mercado de trabalho à utilização de trabalhadores qualificados em postos de trabalho que não exigem tal qualificação. Esse fenômeno pode ser resultado do acirramento da competição no mercado de trabalho, fruto das elevadas taxas de desemprego, que tem levado a marginalização do trabalhador com baixa escolaridade. Neste caso o fato das ocupações estarem sendo preenchidas por trabalhadores com maior nível educacional em detrimento daqueles com pouca escolaridade parece se referir muito mais a um estímulo da oferta, com a existência de muitos trabalhadores qualificados ofertando sua força de trabalho, do que da demanda de mão-de-obra que tem oferecido postos de trabalho inferiores.

4 OCUPAÇÃO E ESCOLARIDADE NO MERCADO DE TRABALHO DA RMS

Este capítulo procura fazer uma análise do perfil educacional da População em Idade Ativa – PIA no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador para o final da década de 90. As informações referentes ao grau de escolaridade da PIA serão relacionadas com a situação ocupacional e com alguns atributos pessoais natos dos indivíduos (sexo, idade e cor). Este conjunto de informações permitirá tirar algumas conclusões a respeito, principalmente, no que se refere à importância que o atributo escolaridade vem assumindo nos dias atuais no mercado de trabalho.

Como esse trabalho visa fazer uma análise da relação entre a variável escolaridade e a ocupação, neste capítulo será apresentado o perfil educacional da População em Idade Ativa, além disso, será mostrado como se distribui a escolaridade dentro das situações ocupacionais, mais notadamente entre os ocupados, para os diferentes grupos da população. Para isso serão utilizados os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED referentes ao período de outubro de 1996 a fevereiro de 2000, que correspondem a um número de observações na ordem de 247.414, porém o universo de análise será a População em Idade Ativa (PIA), a amostra passa a ser de 206.103.

A PED é uma pesquisa de caráter domiciliar, realizada a partir de uma amostra que cobre cerca de 2.200 domicílio da RMS, resultando na aplicação de aproximadamente 7.000 questionários mensais na área urbana de dez municípios que cobrem essa região: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz.

Os diversos atributos foram agrupados de modo a permitir o maior conjunto possível de informações dos dados. Sendo assim, dividiu-se o grau de escolaridade da seguinte forma: indivíduos analfabetos, indivíduos com primeiro grau incompleto, indivíduos com primeiro grau completo, indivíduos com segundo grau incompleto, indivíduos com segundo grau completo, indivíduos com terceiro grau incompleto e trabalhadores com terceiro grau completo.

A situação ocupacional foi classificada em três grupos, que são conceituados da seguinte forma Menezes (2001, p.19):

Ocupados – são todos os indivíduos que exercem alguma forma de trabalho. Para a PED, segundo o conceito de posição na ocupação, os ocupados são os assalariados, autônomos, trabalhadores domésticos, donos de negócios familiares e trabalhadores familiares, que nos sete dias anteriores à pesquisa exerceram algum tipo de atividade econômica regular, ou mesmo aqueles que o fizeram de maneira irregular, mas sem que tenham procurado mudar de trabalho.

Desempregados – são compostos de pessoas que involuntariamente encontra-se sem trabalho, seja por falta de oportunidades ou pelo fato de estarem exercendo alguma atividade irregular, mas manifestem o desejo de sair dessa situação. O desemprego pode ser encontrado na forma aberta que é composto de pessoas que efetivamente procuraram trabalho nos últimos 30 dias anteriores à entrevista e não exerceram qualquer atividade nos últimos 7 dias ou oculta⁸, nesse último caso ainda pode ser considerado por trabalho precário ou por desalento.

Inativos – trata-se da parcela da PIA que não está trabalhando, mas também não se mostrou disponível ao trabalho ou sequer manifestou a necessidade de trabalhar. Para a PED, os inativos podem ainda ser classificados como ‘Inativos Sem Trabalho’ são aqueles que não trabalharam nos últimos sete dias, bem como não exerceram procura de trabalho ou manifestaram necessidade de trabalhar. e ‘Inativos com Trabalho Excepcional’ são todos aqueles que, apesar de inativos, de maneira eventual, trabalharam nos últimos 30 dias porque considerou possuir algum tempo disponível além daquele dedicado aos afazeres cotidianos e considerados como principais.

⁸ Desemprego oculto por trabalho precário - são aquelas pessoas que realizaram alguma atividade de forma precária e irregular, mas que procuraram trabalho nos últimos 30 dias. Também são desempregados por trabalho precário todos aqueles que não procuraram trabalho nos últimos 30 dias, mas o fizeram nos últimos 12 meses. Desemprego oculto por desalento - é preenchido por pessoas que não têm trabalho, mas manifestam a necessidade de trabalhar. Entretanto, essas pessoas encontram-se desestimuladas, por circunstâncias quaisquer, para procurar alguma ocupação nos últimos 30 dias, mas o fizeram, pelo menos durante quinze dias, nos últimos 12 meses.

Com relação aos atributos pessoais natos, a variável sexo dividi-se em homens e mulheres, a variável cor foi dividida em negros⁹ e não negros e a variável idade foi dividida em seis faixas etárias: crianças (10 a 14 anos), indivíduos jovens (15 a 24 anos), indivíduos adultos (25 a 39 anos), indivíduos adultos maduros (40 a 59 anos) e indivíduos idosos (acima de 60 anos).

4.1 DIFERENÇAS NA SITUAÇÃO OCUPACIONAL SEGUNDO ALGUNS ATRIBUTOS SELECIONADOS

4.1.1 Escolaridade e Situação Ocupacional

Primeiro é preciso mostrar como se encontra a situação educacional dos indivíduos que formam a PIA na Região Metropolitana de Salvador. Os dados da tabela 5 mostram que existe uma grande deficiência na escolaridade da população e essa situação ruim de baixo nível de escolaridade não é muito diferente da condição do país. Na RMS mais de 55,0% da população em idade ativa têm escolaridade inferior ao 1º grau completo, e só 5,9% têm o 3º grau completo.

Os resultados mostram o grande problema que é a questão da educação para a Região Metropolitana de Salvador. Um perfil educacional incompatível com as mudanças que vem ocorrendo no mundo, que tem exigido novos requisitos, e a educação formal é o alicerce para que o trabalhador possa se inserir no mercado de trabalho e estar apto a desenvolver as atividades requeridas pelo sistema produtivo.

⁹ Consideraram-se como negros todos os indivíduos que foram definidos pelos pesquisadores da Pesquisa de Emprego e Desemprego como sendo de cor preta e parda.

Tabela 5 - Distribuição da PIA por Escolaridade – RMS, 1996 – 1999

Graus de Escolaridade	%	% acumulada	% acumulada
Analfabeto	6,50	6,50	100,00
1º Grau incompleto	49,30	55,80	93,50
1º Grau completo	8,60	64,40	44,20
2º Grau incompleto	7,30	71,70	35,60
2º Grau completo	19,60	91,30	28,30
3º Grau incompleto	2,80	94,10	8,70
3º Grau completo	5,90	100,00	5,90
Total	100,00		

Fonte: PED RMS – SEI/UFBA, DIEESE, SEADE.

A tabela 6 mostra a distribuição da População em Idade Ativa, por situação ocupacional. A proporção de ocupados é de 45,40%, os desempregados correspondem a 14,60%, enquanto os inativos são 40% da PIA.

Tabela 6 – Distribuição da PIA, por Situação Ocupacional – RMS, 1996 – 1999

Situação Ocupacional	Frequência	%
Ocupado	93.144	45,40
Desempregado	29.965	14,60
Inativo	82.164	40,00
Total	205.273	100,00

Fonte: PED RMS – SEI/UFBA, DIEESE, SEADE.

Na tabela 7, que mostra a distribuição da escolaridade pela situação ocupacional, podemos observar que entre os ocupados cerca de 43,70% não concluíram o 1º grau, ou quase metade dos ocupados no mercado de trabalho da RMS não possuem o patamar mínimo exigido pelo novo processo produtivo, que é ter pelo menos o 1º grau completo.

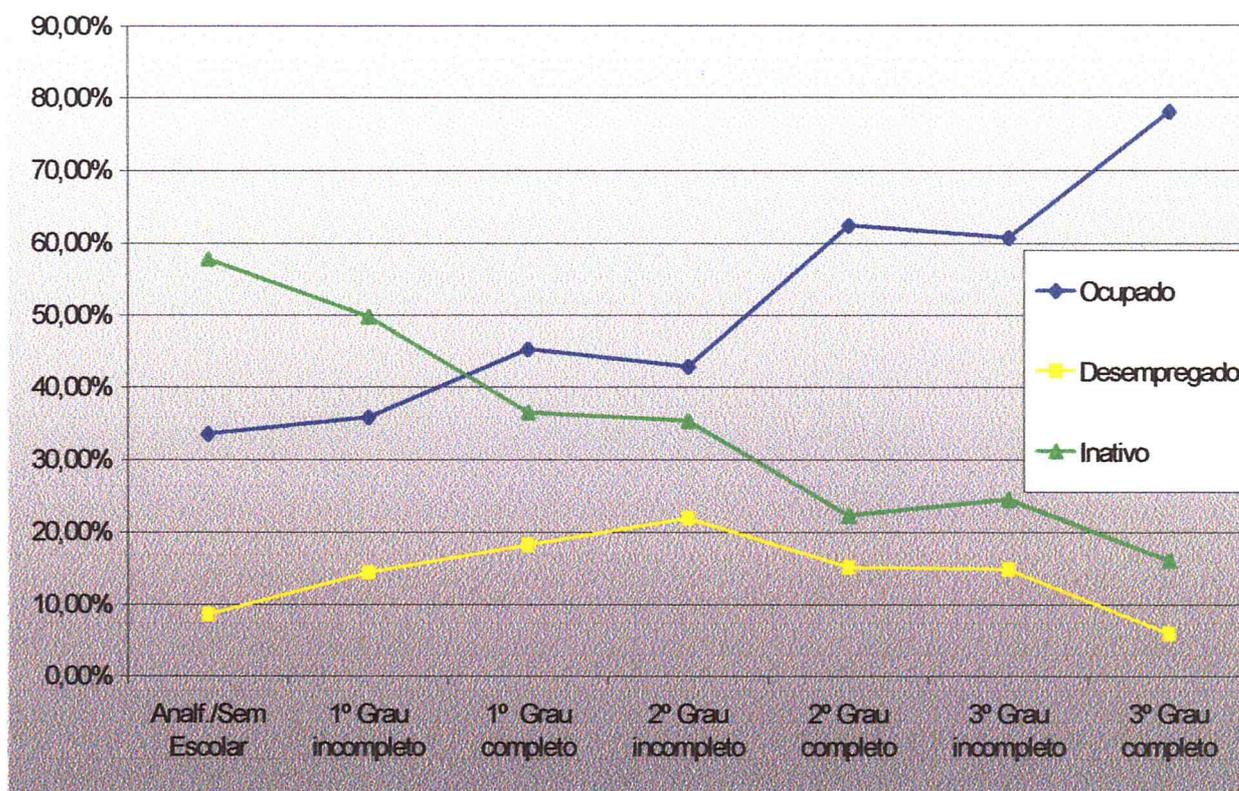
Tabela 7 – Distribuição da PIA, por Situação Ocupacional, Segundo a Escolaridade – RMS, 1996 – 1999

Graus de Escolaridade	Situação Ocupacional na PIA				Total
	Ocupado	Ocupado - Acumulado	Desempregado	Inativo	
Analfabeto	4,80	4,80	3,80	9,40	6,50
1º Grau incompleto	38,90	43,70	48,70	61,30	49,30
1º Grau completo	8,60	52,30	10,80	7,90	8,60
2º Grau incompleto	6,90	59,20	10,90	6,40	7,30
2º Grau completo	27,00	86,20	20,50	11,00	19,60
3º Grau incompleto	3,80	89,90	2,90	1,70	2,80
3º Grau completo	10,10	100,00	2,40	2,40	5,90
Total	100,00		100,00	100,00	100,00

Fonte: PED RMS – SEI/UFBA, DIEESE, SEADE.

O gráfico 1 mostra a distribuição da PIA, por situação ocupacional, segundo escolaridade. Vemos que existe uma clara correlação entre escolaridade e a ocupação, o que demonstra ser a escolaridade uma variável bastante importante para a definição da situação ocupacional na condição de ocupado na PIA. À medida que se aumenta o nível de escolaridade, cresce a participação na situação ocupacional ocupado. Enquanto para os indivíduos sem escolaridade/analfabeto a participação na ocupação é de 33,5%, para os indivíduos com o nível de escolaridade de 2º grau completo a participação cresce para 62,4%, alcançando 78,0% para os indivíduos com o 3º grau completo.

Gráfico 1 – Distribuição da PIA, por Situação Ocupacional, Segundo a Escolaridade – RMS, 1996 – 1999



Fonte: PED RMS – SEI/UFBA, DIEESE, SEADE.

Observando o gráfico 1 para a situação ocupacional na condição de desempregado, vemos que a maior participação dentro deste grupo é dos indivíduos com o 2º grau incompleto, cerca de 21,9% estão nesta condição. Para os indivíduos de níveis de escolaridade menores do que o 2º grau incompleto a participação na condição de desemprego é menor, porém crescente, isso ocorre porque a participação, desses indivíduos é relativamente alta na condição de inativos¹⁰, entre os analfabetos/sem escolaridade a participação entre os inativos é de 57,8%. Para os indivíduos com o nível escolar acima do 2º grau incompleto a taxa de desemprego é decrescente, para os indivíduos com o 3º grau completo a participação na condição de desempregado é a menor 5,9% o que mostra ser a escolaridade um fator importante que atua como elemento de proteção contra o desemprego.

¹⁰ Esses resultados devem ser analisados com cautela, pois grande parte dos indivíduos com níveis de escolaridade baixo são ainda estudantes, e até por isso se encontram na situação ocupacional inativo.

Quando se acrescentam na análise os atributos pessoais natos: sexo, idade e cor comparados com o atributo pessoal adquirido (escolaridade) podemos observar que os atributos pessoais natos e adquiridos atuam como elementos importantes para a segmentação do mercado de trabalho e definição da situação ocupacional dos indivíduos, revelando os grupos mais vulneráveis no mercado de trabalho da RMS. E essa vulnerabilidade é fruto, não de uma inferioridade da oferta desses grupos no mercado de trabalho, ou seja, não são as características individuais das pessoas (atributos natos) que determina o seu valor de uso para o processo produtivo, mas sim os fatores políticos normativos e culturais que leva a discriminação de alguns grupos dentro do mercado de trabalho.

“O surgimento de “grupos vulneráveis” no mercado de trabalho não pode ser explicado pela “inferioridade” de sua oferta no mercado de trabalho, mas tão-só a partir dos fatores político-normativos que deterioram a sua chance de “mercadejar” sua oferta, perfeitamente “equivalente”. A especificidade grupal da interferência nas chances de adaptação no mercado de trabalho tem, então, que ser explicada com referência a mecanismos institucionais, e não a partir de características “naturais” dos membros de tais grupos” (Offe, 1989, p.67).

Azevedo (1997, p. 375) também afirma os atributos são valorados de forma diferente “a força de trabalho apresenta especificidades como mercadoria que tornam muito difícil a separação de suas características dos atributos pessoais do portador. Atributos adquiridos e atributos natos são distribuídos desigualmente e valorados socialmente de forma diferenciada...”. Portanto a segmentação que existe no mercado de trabalho é fruto de fatores político-normativos e culturais socialmente definidos.

Os grupos que se observam com uma posição de desvantagem no mercado de trabalho em geral são as mulheres, os jovens, os idosos, os negros. Todos esses grupos apresentam características que, no plano político e cultural, são usados para a delimitação de parte da população fora do mercado de trabalho. A análise e comprovações de tais argumentos serão mostradas nas próximas seções deste capítulo.

4.1.2 Escolaridade e Situação Ocupacional por Sexo

Ao se analisar os dados da tabela 8 para o atributo nato sexo, o fato que chama logo atenção é que em geral as mulheres são mais escolarizadas que os homens, enquanto a proporção dos homens que se encontram na situação ocupacional ocupado que possuem no máximo o 1º grau completo é de 56,4%, superior à das mulheres (47,5%), o oposto ocorre entre os trabalhadores mais escolarizados, para as mulheres com nível de escolaridade acima do 2º grau completo a proporção entre os ocupados é de 46,1%, enquanto para os homens é de apenas 36,3%.

Tabela 8 - Distribuição da PIA, por Situação Ocupacional, Segundo Escolaridade e Sexo – RMS, 1996 – 1999

Grau de Escolaridade e Sexo	Situação Ocupacional (%)				Total
	Ocupado	Ocupado Acumulado	Desempregado	Inativo	
MASCULINO					
Analfabeto	4,70	4,70	4,80	8,20	5,80
1º Grau incompleto	42,00	46,7	56,20	65,30	51,50
1º Grau completo	9,70	56,5	10,80	7,30	9,10
2º Grau incompleto	7,20	63,6	9,30	6,10	7,20
2º Grau completo	24,10	87,7	14,80	8,60	17,80
3º Grau incompleto	3,70	91,4	2,60	2,10	3,10
3º Grau completo	8,50	100,0	1,50	2,40	5,60
Total	100,00		100,00	100,00	100,00
FEMININO					
Analfabeto	5,00	5,00	2,90	10,00	7,10
1º Grau incompleto	35,20	40,20	41,40	59,00	47,40
1º Grau completo	7,30	47,50	10,70	8,20	8,20
2º Grau incompleto	6,40	53,90	12,60	6,60	7,40
2º Grau completo	30,40	84,30	26,00	12,30	21,20
3º Grau incompleto	3,80	88,10	3,10	1,50	2,60
3º Grau completo	11,90	100,00	3,20	2,30	6,10
Total	100,00		100,00	100,00	100,00

Fonte: PED RMS – SEI/UFBA, DIEESE, SEADE.

A explicação para o fato das mulheres ocupadas serem mais escolarizadas do que os homens poderia ser porque elas são mais exigidas quanto a esse atributo. Porém, alguns autores consideram que essa hipótese não é necessariamente verdadeira, em geral as mulheres que saem a procura de trabalho fora de casa são as que têm maiores níveis de escolaridade, devido as suas maiores chances de obterem um emprego e um salário maior que compense os gastos necessários para suprirem sua saída do lar, creche etc. (Bruschini, 1994, p.6).

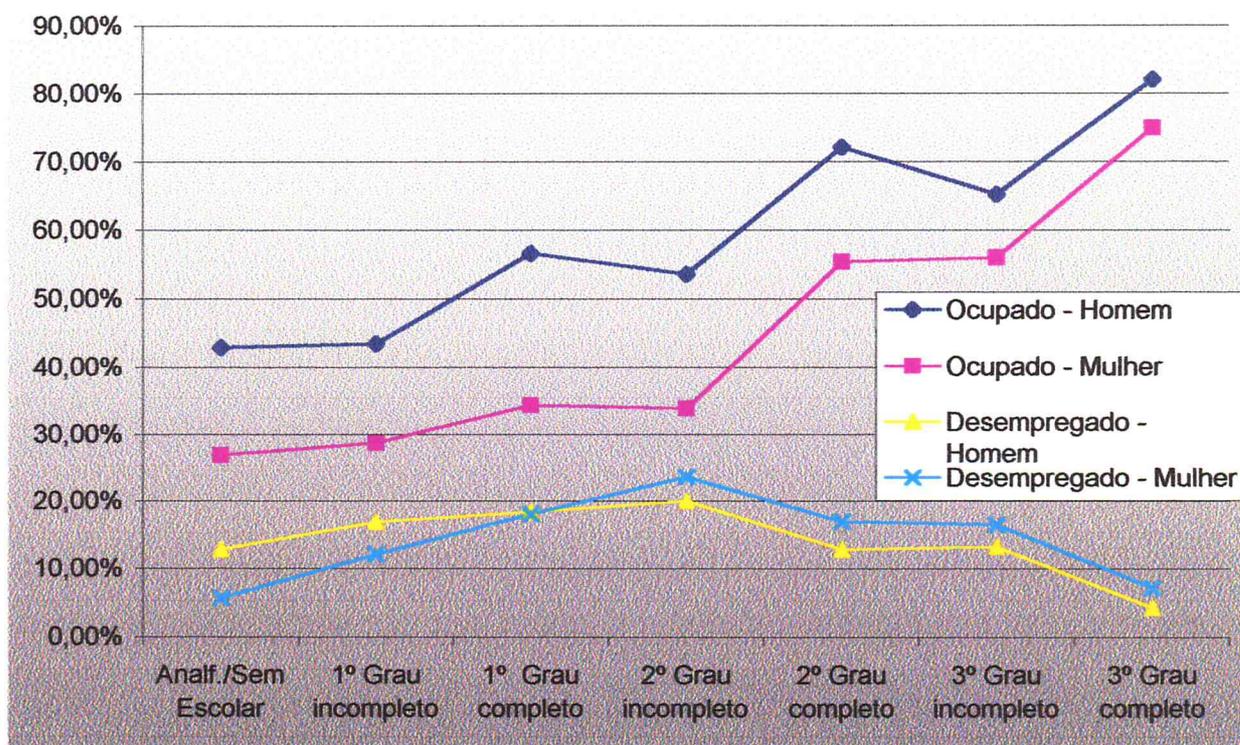
O aumento da participação feminina no mercado de trabalho é uma das mais importantes transformações sociais ocorridas no Brasil. Entre as principais razões apontadas, na literatura, para esse fato está a necessidade econômica — com a deterioração dos salários reais as mulheres foram obrigadas a buscarem complementação para a renda familiar. Além disso, as mudanças nos valores relativos ao papel social da mulher, graças às pressões dos movimentos feministas, contribuíram para o aumento da oferta de trabalhadoras, o que pode ter permitido o aumento da participação feminina no mercado de trabalho.

A inserção feminina no mercado de trabalho tem-se caracterizado por clara desvantagem em relação aos homens, tanto em termos de rendimentos, quanto em termos da qualidade do emprego. Ao mesmo tempo, verifica-se que as mulheres trabalhadoras têm-se concentrado em poucas ocupações (Bruschini, 1994, p.10). E essas ocupações são em geral de qualidade inferior a dos homens.

O gráfico 2 mostra a participação da PIA, por gênero, na situação ocupacional ocupado e desempregada, segundo a escolaridade. Podemos observar que existe uma diferença na participação por gênero na situação ocupacional. A participação dos homens na situação ocupacional ocupado na PIA é superior a das mulheres para todos os níveis de escolaridade, porém podemos observar que a medida em que se aumenta o nível de escolaridade esta diferença cai. Enquanto para os homens e mulheres com o 1º grau completo a diferença na participação na situação de ocupado é de cerca de 21%, para os indivíduos com 3º grau completo a diferença cai para 7,1%. Significa que a escolaridade atua como um elemento importante para as mulheres obterem seu espaço no mercado de trabalho.

Com relação à questão do desemprego podemos observar um fenômeno interessante no gráfico. Primeiro, a relação da escolaridade com o desemprego é crescente para as pessoas com níveis de escolaridade abaixo do 1º grau completo, e a participação dos homens, nesta faixa, na situação de desempregado é maior do que a participação feminina, porém para as pessoas de escolaridade acima do 1º grau completo a situação se inverte, a participação das mulheres na situação ocupacional desemprego passa a ser maior do que a dos homens. Esse fenômeno pode ser explicado pelo fato das mulheres com baixa escolaridade não saírem para procurarem trabalho, devido ao seu baixo nível de escolaridade, portanto a sua taxa de desemprego é menor do que a dos homens que mesmo com baixo nível de escolaridade vão mais a procura de emprego.

Gráfico 2 - Distribuição da PIA, por Situação Ocupacional (Ocupado e Desempregado), Segundo a Escolaridade e Sexo – RMS, 1996 – 1999



Fonte: PED RMS – SEI/UFBA, DIEESE, SEADE.

4.1.3 Escolaridade e Situação Ocupacional por Cor

Com relação ao atributo pessoal cor, podemos observar que a PIA de cor branca têm níveis de escolaridade superiores a PIA de cor negra. Entre os brancos na PIA, 49,4% têm escolaridade acima do 2º grau completo e apenas 23,3% dos negros tem escolaridade acima do 2º grau completo. Esse fato evidência a maior dificuldade da população negra, que é maioria, cerca de 80% da PIA no mercado de trabalho da RMS, em frequentar a escola, pois em geral a população negra constitui as parcelas mais pobres da população.

Tabela 9 - Distribuição da PIA, por Situação Ocupacional, Segundo a Escolaridade e Cor – RMS, 1996 – 1999

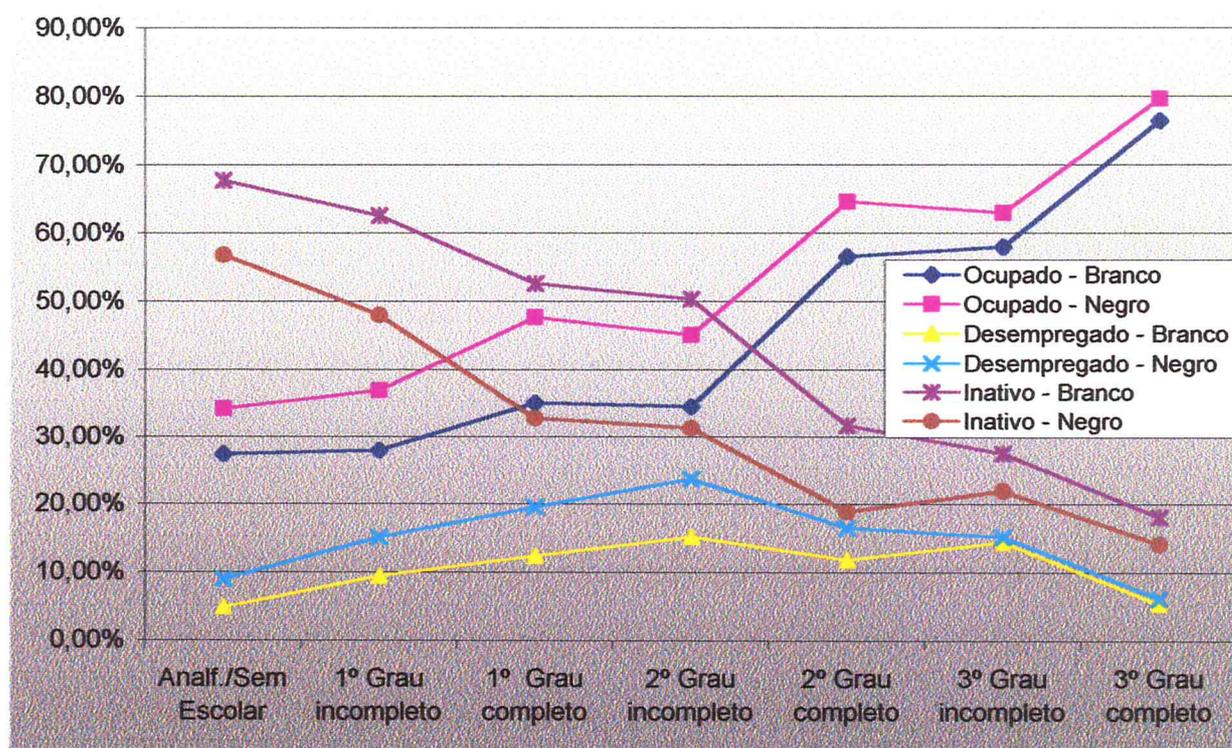
Graus de Escolaridade e COR	Situação Ocupacional (%)				Total
	Ocupado	Ocupado Acumulado	Desempregado	Inativo	
BRANCA					
Analfabeto	1,80	100,0	***	4,90	3,10
1º Grau incompleto	18,60	98,20	28,30	44,70	30,90
1º Grau completo	6,40	79,60	10,10	10,40	8,50
2º Grau incompleto	6,00	73,20	11,70	9,30	8,00
2º Grau completo	33,60	67,20	31,10	20,10	27,50
3º Grau incompleto	8,30	33,60	9,20	4,20	6,60
3º Grau completo	25,30	25,30	8,10	6,40	15,30
Total	100,00		100,00	100,00	100,00
NEGRA					
Analfabeto	5,50	100,00	4,20	10,60	7,30
1º Grau incompleto	43,80	94,40	52,00	65,70	53,70
1º Grau completo	9,10	50,60	10,90	7,20	8,70
2º Grau incompleto	7,10	41,50	10,80	5,70	7,10
2º Grau completo	25,40	34,40	18,80	8,60	17,80
3º Grau incompleto	2,60	9,00	1,90	1,10	1,90
3º Grau completo	6,40	6,40	1,50	1,30	3,60
Total	100,00		100,00	100,00	100,00

Fonte: PED RMS – SEI/UFBA, DIEESE, SEADE.

*** amostra insuficiente

A situação piora quando a análise passa a ser entre os ocupados, há uma grande diferença na escolaridade dos ocupados negros com relação aos ocupados brancos, em favor dos brancos, fato que mostra a maior dificuldade em adquirir educação para os negros, essa situação reflete a situação econômica desfavorável de grande parte da população negra. Os dados da tabela 9 mostram que entre os brancos ocupados cerca de 67,2% possuem escolaridade superior ao 2º grau completo, enquanto que para os negros o percentual dos que têm escolaridade acima do 2º grau completo é de apenas 34,4%, quase a metade.

Gráfico 3 – Distribuição da PIA, por Situação Ocupacional, Segundo a Escolaridade e Cor – RMS, 1996 – 1999



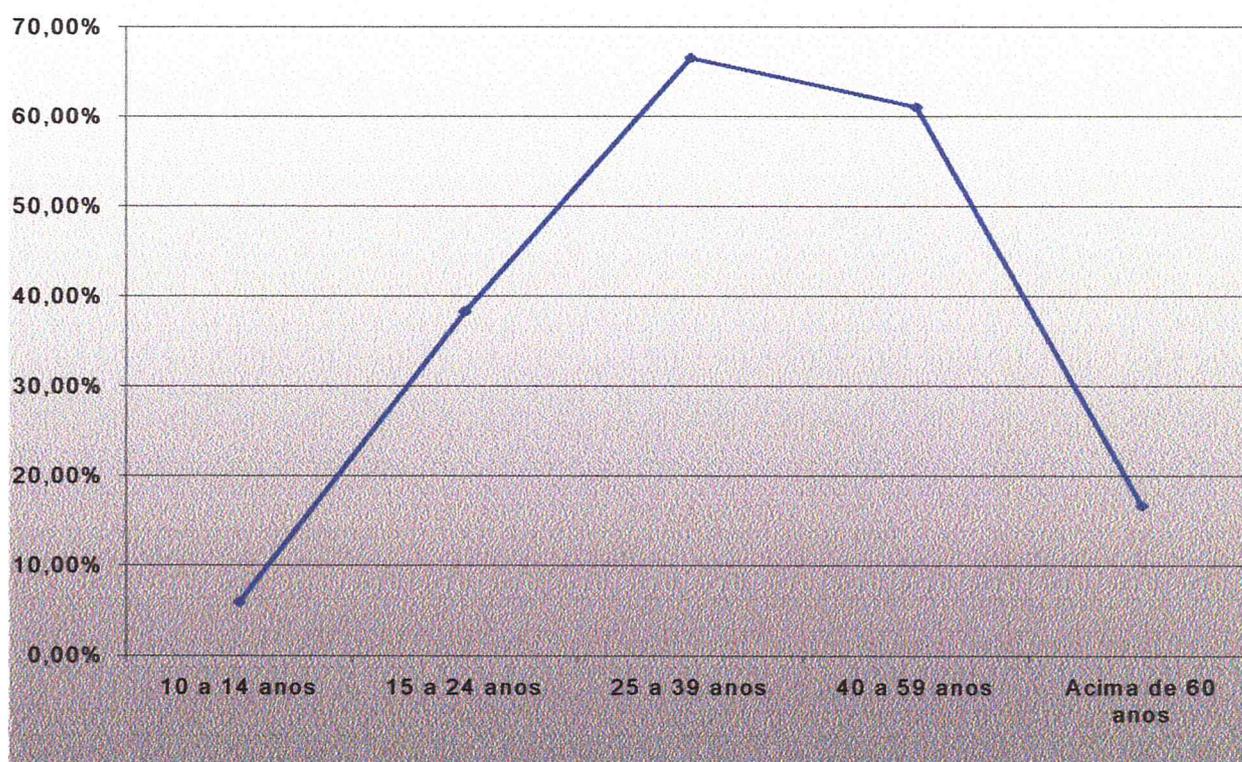
Fonte: PED RMS – SEI/UFBA, DIEESE, SEADE.

4.1.4 Escolaridade e Situação Ocupacional por Faixa de Idade

Antes de analisarmos o perfil de escolaridade, segundo a situação ocupacional, por faixa etária é importante mostrar a participação na ocupação dos grupos populacionais na PIA,

divididos por faixa etária. O gráfico seguinte mostra a participação entre os ocupados por faixa etária, existe uma grande seletividade no mercado de trabalho com relação à idade dos indivíduos e os grupos mais vulneráveis são os jovens e os velhos.

Gráfico 4 – Distribuição da PIA, por Situação Ocupacional Ocupado, Segundo as Faixas de Idade – RMS , 1996/1999



Fonte: PED RMS – SEI/UFBA, DIEESE, SEADE.

O gráfico 4 mostra que existe uma correlação significativa da ocupação com a faixa de idade, à proporção que se aumenta à faixa de idade cresce a taxa de ocupação, atingindo o máximo na faixa etária de 25 a 39 anos e a partir daí começa a decrescer.

Os dados apresentados na tabela 10 informam que para os indivíduos na faixa etária de 10 a 14 anos a participação entre os ocupados é de apenas 5,9%. Essa participação pequena entre os ocupados pode evidenciar que as crianças estão frequentando mais as escolas, pois cerca de 90,9% destes indivíduos estão na condição de inativos.

Alguns trabalhos têm evidenciado uma queda na participação das crianças no mercado de trabalho da RMS e uma tendência ao crescimento do número de crianças matriculadas no ensino fundamental, em função, sobretudo, de campanhas e programas voltados para esse objetivo. Além disso, existem algumas boas idéias como o programa bolsa escola, que é executado em algumas cidades do país e tem mostrado resultados importantes na exclusão das crianças do mercado de trabalho¹¹.

Com o aumento da idade cresce a participação entre os ocupados. Os indivíduos na faixa etária de 15 a 24 anos têm uma participação entre os ocupados de 38,3%. Tradicionalmente, a inserção do jovem é mais difícil do que a dos adultos, pois “o ingresso do jovem no mercado de trabalho tende a ser com menor experiência profissional que os trabalhadores adultos...” (Pochmann, 1998, p.4).

A máxima participação entre os ocupados ocorre na faixa etária de 25 a 39 anos, que corresponde justamente à fase mais produtiva dos indivíduos, em geral é uma fase em que se completou o estudo e os indivíduos estão aptos a trabalhar. À medida que se aumenta a faixa etária decresce a participação entre os ocupados, para os indivíduos acima de 60 anos a participação é de apenas 16,7%.

Os dados da tabela 10 mostram que os indivíduos jovens (15 a 24 anos) são os que mais sofrem o problema do desemprego, 24,2% dos jovens da PIA estão desempregados, esse resultado mostra a dificuldade que representa para os mais jovens a inserção no mercado de trabalho, essa inserção na maioria das vezes é representada pela procura do primeiro emprego, ou estes indivíduos estão perto de completar seus estudos ou já completaram e precisam adquirir um emprego.

¹¹ O programa bolsa escola consiste em dá uma renda mínima para as famílias carentes que mantiverem seus filhos na escola.

Tabela 10 - Distribuição da PIA , por Situação Ocupacional, Segundo as Faixas de Idade – RMS, 1996 – 1999

Faixas de Idade	Ocupado	Desempregado	Inativo	Total
10 a 14 anos	5,90	3,20	90,90	100,00
15 a 24 anos	38,30	24,20	37,50	100,00
25 a 39 anos	66,50	17,60	15,90	100,00
40 a 59 anos	61,00	9,90	29,10	100,00
Acima de 60 anos	16,70	1,60	81,70	100,00

Fonte: PED RMS – SEI/UFBA, DIEESE, SEADE.

Ao passarmos nossa análise para a escolaridade por faixas etárias (tabela 11) percebemos que a grande deficiência escolar em que se encontra a população em idade ativa do mercado de trabalho da RMS, se concentra mais na população de maior idade. Na faixa etária de 15 a 24 anos, mais da metade 52,3% não concluíram o 1º grau, provando que há um grande descompasso entre a idade e a série concluída, fruto de um elevado índice de evasão e repetência escolar, e que, caso não sejam equacionados, a tendência futura pode não ser a melhoria do perfil educacional da PIA na RMS.

Os dados da tabela 11 mostram que 51,2% da população em idade ativa na faixa etária de 24 a 39 anos têm até o 1º grau completo, 57,5% na faixa etária de 40 a 59 anos e 74,7% na faixa acima de 60 anos de idade. Os dados demonstram a dificuldade de frequentar à escola que a população mais velha enfrentou nas décadas passadas, pois como grande contingente populacional residia no campo e existia uma grande carência no sistema de ensino. Por isso o baixo nível de escolaridade se apresenta para a população mais velha.

Tabela 11 - Distribuição da PIA, por Situação Ocupacional, Segundo as Faixas de Idade – RMS, 1996 – 1999.

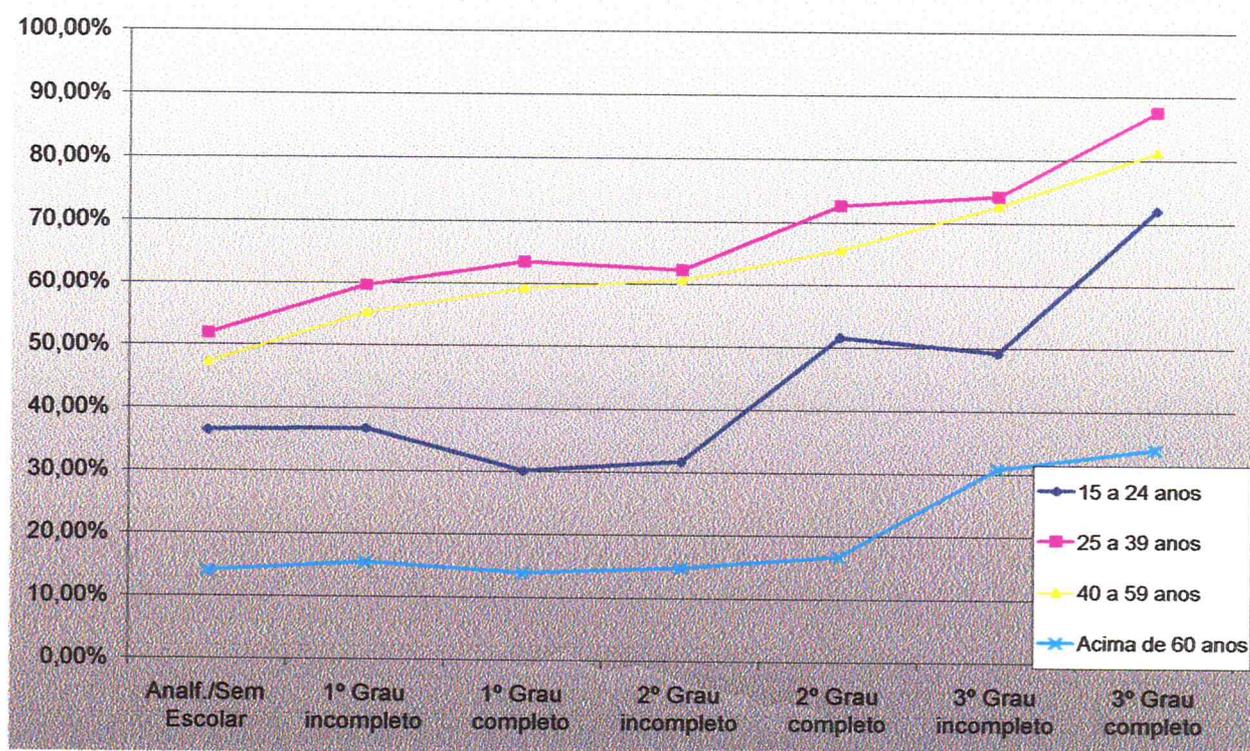
Grau de Escolaridade e Idade	15 -24 anos		25 - 39 anos		40 -59 anos		acima de 60 anos				
	Total Acumulado	Ocupado – Acumulado	Total Acumulado	Ocupado - Acumulado	Total Acumulado	Ocupado - Acumulado	Total Acumulado	Ocupado - Acumulado			
Analfabeto	2,10	2,20	2,20	3,20	4,10	4,1	7,70	9,90	19,30	22,90	22,90
1º Grau incompleto	50,20	50,10	52,30	36,80	37,40	41,5	44,40	39,50	60,60	44,70	67,60
1º Grau completo	59,40	11,70	64,00	46,10	9,70	51,2	52,30	8,10	66,40	7,10	74,90
2º Grau incompleto	72,20	15,40	79,40	52,70	7,00	58,2	55,70	3,40	67,80	1,60	76,30
2º Grau completo	92,10	14,80	94,20	85,50	30,10	88,3	8,30	25,20	83,30	15,40	91,70
3º Grau incompleto	98,50	5,00	99,20	89,30	3,40	91,7	84,90	1,70	84,30	***	92,30
3º Grau completo	100,00	0,80	100,0	100,00	8,200	100,0	100,00	12,10	100,00	7,70	100,00
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PED RMS – SEI/UFBA, DIEESE, SEADE.

Se supuséssemos que o patamar mínimo de escolaridade para o novo modelo produtivo fosse o 1º grau completo, observaríamos que quase 56,0% das PIA não concluíram este nível básico. Contudo, como este resultado está fortemente relacionado ao perfil educacional desfavorável da população acima de 40 anos, podemos esperar uma situação futura mais favorável, à medida que os segmentos mais velhos da população forem se retirando do mercado de trabalho.

Dentro dos ocupados essa evidência também é clara, o percentual das pessoas que não concluíram o 1º grau é bastante grande para aos indivíduos mais velhos, cerca de 60,6% dos indivíduos na faixa etária acima de 60 anos não concluíram o 1º grau, esse percentual começa a cair para os indivíduos na faixa de 40 a 59 anos (44,4%) e atinge 36,8% para os indivíduos com idade entre 25 a 39 anos, fato que reafirma que para as próximas gerações teremos um perfil de escolaridade bem melhor.

Gráfico 5 – Distribuição da PIA, por Situação Ocupacional Ocupado, Segundo Faixas de Idade – RMS, 1996 – 1999



Fonte: PED RMS – SEI/UFBA, DIEESE, SEADE.

No gráfico 5 percebemos que existe uma grande correlação entre o grau de escolaridade e essa situação ocupacional dentro das faixas de idade, para as pessoas analfabetas e sem escolaridade de idade entre 25 e 39 anos participação na condição de ocupado é de 51,8%, essa participação aumenta para 87,5% para as pessoas com 3º grau completo. Até mesmo para as pessoas mais velhas (acima de 60 anos) a escolaridade atua como elemento que prorroga a permanência desses indivíduos no mercado de trabalho, pois para os indivíduos analfabetos a participação na condição de ocupado é de apenas 14,0%, enquanto para os com 3º grau a participação é de 34,0% .

Na análise do gráfico, um fato merece destaque, a participação dos jovens entre os ocupados tem uma correlação altíssima com o nível de escolaridade, enquanto para os jovens com escolaridade até o 2º grau incompleto a participação entre os ocupados fica na faixa dos 30,0%, essa participação chega a 72,0% para os jovens com 3º grau completo. Portanto fica evidente que o potencial de inserção dos jovens entre os ocupados no mercado de trabalho tende a ser proporcional à sua escolaridade¹².

¹² Sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho ver. Pochmann, 1998.

5 PROBABILIDADE DE ESTAR OCUPADO NA PIA, DADO A ESCOLARIDADE E ALGUNS ATRIBUTOS PESSOAIS (SEXO, IDADE E COR).

Neste capítulo serão detalhados os aspectos metodológicos para execução da parte final do trabalho: fonte e a natureza dos dados, o modelo a ser executado e suas principais características, as variáveis que compõem o modelo, os resultados esperados e por fim os resultados apresentados pelo modelo, com uma análise comparativa com os resultados esperados e os obtidos. Portanto, este capítulo buscará investigar empiricamente, através do modelo de probabilidade logística, a importância da variável escolaridade e sua relação com a condição ocupado na PIA.

5.1 DEFINIÇÃO DO MODELO DE PROBABILIDADE

5.1.1 Fonte de dados

Para uma melhor visão acerca do tema e do problema de investigação, é imprescindível a presença de dados estatísticos. Por isso serão utilizados os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED realizada na Região Metropolitana de Salvador – RMS. As entrevistas foram realizadas no período de outubro de 1996 a dezembro de 1999, constituindo um número de 206.103 observações de. A PED é uma pesquisa domiciliar feita por amostragem.

O universo de análise para execução deste trabalho limita-se:

- A Região Metropolitana de Salvador
- A base de dados corresponde ao período de outubro de 1996 a dezembro de 1999.
- A População em Idade Ativa (PIA) que será dividida em duas categorias (Ocupados e não Ocupados)

5.1.2 O modelo

Como o desemprego é hoje um dos principais problemas que atinge o mercado de trabalho em diversas regiões do mundo e essa situação não é diferente para o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, chegando a ser mais agravante do que em outras regiões, pois a taxa de desemprego total já atinge cerca de $\frac{1}{4}$ da população economicamente ativa, significa que para um indivíduo está na situação de ocupado constitui-se uma tarefa cada vez mais difícil. Por isso é importante fazer uma análise de quais características são mais relevantes para manterem os indivíduos na condição de ocupado. Os indivíduos possuem uma série de características, sejam estas adquiridas (escolaridade, renda etc.) e as que não são adquiridas, mais socialmente “atribuídas” e, portanto impossíveis de serem mudadas (idade, sexo, cor, etc.).

Esse trabalho tem como objetivo verificar quais são as características determinantes para um indivíduo está na condição de ocupado dentro da População em Idade Ativa - PIA ou na condição de inativo ou desempregado, caracterizando uma situação dicotômica. Desta forma, será estimada a probabilidade do indivíduo estar na condição de ocupado, utilizando algumas variáveis relevantes para definir tal situação, dentre as quais a principal será a escolaridade, que constitui uma característica adquirida e algumas características atribuídas como: sexo, idade e cor.

O modelo econométrico a ser utilizado para análise da probabilidade de um indivíduo da PIA esta na situação de ocupado é o modelo de estimação logit¹³. A variável dependente, que é a condição do indivíduo estar ocupado na PIA, é uma variável discreta, binária, que assume valor igual a 1, quando um indivíduo está na condição de ocupado. Este modelo foi escolhido porque ele pode mostrar os impactos das diferentes variáveis independentes na probabilidade do indivíduo estar na condição de ocupado.

Modelo logístico:

$$\text{Prob (OCUP} = 1|X_1, X_2, X_3, X_4) = \pi (X) = \left[\frac{e^{\beta'x}}{1 + e^{\beta'x}} \right] \quad (1)$$

¹³ Utilizou-se o *software Statistical Package for Social Sciences (SPSS for Windows v. 10)*, sendo o modelo ajustado pelo método das diferenças.

$$\text{Prob}(\text{OCUP} = 0|X) = (1 - \text{Prob}(\text{OCUP} = 1|X)) \quad (2)$$

Onde X é uma matriz de características dos indivíduos consideradas importantes para definir a sua situação ocupacional como ocupado, sendo β' o vetor de coeficientes estimados pela regressão ($Y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \beta_3 X_3 + \beta_k X_k$), onde cada β estimado das variáveis independentes representam a inclinação ou a razão de mudança de uma função da variável dependente por uma unidade de mudança da variável independente.

A função cumulativa logística de distribuição (1) varia entre 0 e 1, por essa razão o modelo logístico foi escolhido, pois tal modelo pode ser usado para descrever a associação entre uma variável resposta dicotômica, que assume valores (0,1) e um conjunto de variáveis independentes. O modelo de regressão linear não foi escolhido porque este tipo de modelo não se adapta a variáveis respostas dicotômicas.

O modelo logístico é usado para modelar probabilidade através da transformação logito. Sendo uma variável resposta com OCUP=1 representando os ocupados e X representando um variável independente. A probabilidade condicional $P(\text{OCUP} = 1|X) = \pi(x)$ que pode representar a chance de um indivíduo da PIA esta na condição de ocupado dado uma certa característica X, é modelado pela função logística como:

$$\pi(x) = \frac{1}{1 + 1 + e^{\beta'x}} = \frac{1}{1 + 1 + e^{\beta'x}}^{-1} \text{ e notamos que } f(x) = \pi(x) \text{ com } y = \beta'x$$

Então aplicando a transformação logito, temos:

$$G(x) - \text{Logito } \pi(x) = \ln [\pi(x)/(1-\pi(x))] = \ln P(Y = 1|x) / P(Y = 0|x) = \beta'x \quad (3)$$

A transformação logito é feita com a intenção de chegar a uma relação linear entre a variável dependente e as variáveis independentes $[\pi(x)/(1-\pi(x))]$ que não é mais discreta e $\ln [\pi(x)/(1-\pi(x))]$ lineariza a expressão anterior.

A função cumulativa logística de distribuição de probabilidades (1) é similar à normal nos valores próximos à média da distribuição, difere na estimação das probabilidades nas caudas da distribuição, tendendo a dar maior probabilidade de ocorrência do que a normal, quando $\beta'X$ é muito pequeno e vice versa, ou seja, a distribuição da logística é mais cheia nas caudas do que a normal. Isso ocorre, porque no modelo logístico, se $\beta'X = 0$, ou seja, se todas as variáveis independentes são nulas ou seus coeficientes são zero, a $\text{Prob}(\text{OCUP}=1|X) = 0,5$. Se as variáveis independentes (X), forem restritas para ter influência nula na variável dependente, o modelo prevê $\text{Prob}(\text{OCUP}=1|X)$ como igual à probabilidade de um indivíduo esta ocupado na PIA, efetivamente observado na amostra. (Azevedo, 1998, p. 792).

A média esperada é:

$$E(\text{PIA}=1|X) = 0 \cdot [1 - \Lambda(\beta'X)] + 1 \cdot [\Lambda(\beta'X)] = \Lambda(\beta'X) \quad (4)$$

Nesta estimação, os β não representam as contribuições marginais de cada variável para o resultado da variável dependente, uma vez que nos modelos não lineares, as inclinações são

$$\partial E(\text{PIA}=1|X) / \partial X = f(\beta'X) \cdot \beta \quad (5)$$

A contribuição marginal de cada variável independente para explicar o fenômeno, no caso do modelo logístico, é dada pela expressão (6).

$$\begin{aligned} \partial E(\text{PIA}=1|X) / \partial X &= \Lambda(\beta'X) \cdot [1 - \Lambda(\beta'X)] = \\ &= [(e^{\beta'X} / 1 + e^{\beta'X})] \cdot \{1 - [(e^{\beta'X} / 1 + e^{\beta'X})]\} \cdot \beta = \\ &= [(e^{\beta'X} / 1 + e^{\beta'X})] - \{[(e^{\beta'X} / 1 + e^{\beta'X})]\}^{**2} \cdot \beta = \\ &= [(e^{\beta'X} / 1 + e^{\beta'X})^{**2}] \cdot \beta \end{aligned} \quad (6)$$

Esta derivada pode ser calculada para os valores médios de X ou para cada valor de X da amostra e depois estimada com a média destes valores. Para as variáveis X contínuas, as

suas contribuições marginais para a probabilidade de ocorrência do evento têm significado mais claro do que para o caso das variáveis dicotômicas. (Azevedo, 1998, p.793).

5.1.2.1 Ajuste do modelo

O teste da razão de verossimilhança será utilizado para avaliar a significância global do modelo, ou seja, será verificado se os valores preditos no modelo correspondem aos valores observados.

A Razão de Verossimilhança (RV) será calculada da seguinte forma:

$$RV = -2 (\ln R - \ln NR)$$

No qual R é o valor da função de verossimilhança na hipótese de que o vetor de coeficientes seja igual a zero $\beta = 0$ ($\beta_2 = 0, \dots, \beta_k = 0$); e NR é o valor na hipótese de que todas as variáveis consideradas sem restrição, ou seja, $\beta \neq 0$.

5.1.2.2 Avaliação dos coeficientes estimados

Para avaliar a significância das variáveis independentes individualmente a estatística de WALD é a mais usada.

O teste de Wald:

$$W = (\text{coeficiente estimado} / \text{erro padrão do coeficiente estimado})^2$$

Após dividir o coeficiente estimado pelo seu erro padrão e elevando o resultado ao quadrado, compara-se o valor obtido com o da tabela (teste de Wald) com 1 grau de liberdade.

A hipótese alternativa é sempre que o coeficiente $\beta \neq 0$. Se o teste de Wald for maior que o valor crítico observado na tabela então se rejeita a hipótese alternativa.

5.1.2.3 Descrição das Variáveis

- **Dependente**

A variável dependente é binária e assume valor igual a 1 se um indivíduo estiver na condição de ocupado na PIA e 0 se o indivíduo não estiver ocupado.

OCUP = 1, ocupado

OCUP = 0, não ocupado

- **Independentes**

O conjunto de características (variáveis independentes) que foram selecionadas para estudar suas influencia na probabilidade do indivíduo estar na situação ocupacional ocupado serão mostradas no quadro seguinte:

Quadro 1 – Especificação das variáveis para a serem utilizadas no modelo logístico de distribuição de probabilidade

Discriminação	Variáveis independentes	Notação	Especificação
Atributos adquiridos	Escolaridade	ESC1	1 analfabeto até 2 anos de estudo, 0 demais.
		ESC2	1 de 3 anos até o 1º grau incompleto, 0 demais.
		ESC3	1 1º grau completo e 2º grau incompleto, 0 demais.
		ESC4	1 2º grau completo e 3º grau incompleto, 0 demais.
		ESC5	1 3 grau completo, 0 demais.
	Chefe	CHEFE	1 se chefe de família, 0 se não chefe
Atributos natos	Sexo	SEX	1 se homem, 0 se mulher.
	Cor	COR	1 se não branca, 0 se branca.
	Idade	IDADE	Idade continua

As variáveis utilizadas no modelo logit foram às mesmas apresentadas na parte descritiva do trabalho, para as quais construiu-se *dummies*¹⁴. Porém algumas sofreram modificações para poder se obter um melhor resultado. Ocorreu também a inclusão da variável CHEFE, para qual foi construído uma dummy.

5.1.3 Hipóteses (Resultados Esperados)

Quadro 2 – Resultados esperados dos coeficientes de cada variável

Discriminação	Variáveis independentes	Notação	Sinal esperado
Atributos adquiridos	Escolaridade	ESC1	+
		ESC2	+
		ESC3	+
		ESC4	+
		ESC5	+
	Chefe	CHEFE	+
Atributos natos	Sexo	SEX	+
	Cor	COR	-
	Idade	IDADE	-

O quadro 2 mostra os resultados dos sinais esperados para cada variável. Como este trabalho tem como objetivo analisar, principalmente se a variável escolaridade ajuda o indivíduo a estar na situação de ocupado, as hipóteses aqui apresentadas terão a variável escolaridade como principal a ser analisada, tanto de forma isolada comparando sua importância com as outras variáveis.

¹⁴ Variáveis binárias que assumem valor 0 ou 1.

Principais hipóteses:

1. Os indivíduos da PIA com graus de escolaridade maiores possuem maior probabilidade de se situarem na situação ocupacional ocupado. Existe uma relação direta entre o aumento do grau de escolaridade com a situação ocupacional na condição de ocupado $OCUP = 1$. A contribuição marginal de se aumentar a escolaridade faz aumentar a probabilidade do indivíduo está na situação de ocupado, ou seja, o efeito é crescente.
2. Os indivíduos chefes de família possuem maiores probabilidades de estarem na condição de ocupado em relações aos outros membros da família.
3. Espera-se que os indivíduos do sexo masculino tenham maiores chances de serem ocupados na PIA do que as mulheres.
4. A cor é uma variável importante para definir a seleção dos indivíduos na situação ocupacional de ocupado dado a grande discriminação que existe não só no mercado de trabalho, mas em toda a sociedade, por isso entre os trabalhadores de cor branca e negra, com os mesmos níveis de escolaridade, a probabilidade de estar ocupado na PIA é maior para os indivíduos de cor branca quando comparado com os indivíduos de cor negra.
5. A variável idade também é, assim como a cor, um importante critério na hora de seleção por parte das empresas para o indivíduo se tornar ocupado. Atualmente o mercado de trabalho tem definido um critério de seleção que dificulta a entrada dos mais jovens com idade de 15 a 24 anos e dos mais velhos com idade superior a 60 anos. A hipótese é que a probabilidade de um indivíduo se situar na situação ocupacional ocupado é menor a mediada que aumenta a idade do indivíduo.

5.2 ESCOLARIDADE E ATRIBUTOS PESSOAIS (SEXO, COR E IDADE), PROBABILIDADE INDIVIDUAL DE SER OCUPADO NA PIA.

5.2.1 Resultado do Modelo

O quadro 3 mostra o resultado da estimação logística da probabilidade de um indivíduo da PIA estar na condição de ocupado. O modelo explica corretamente 68,9% dos casos da amostra, tendo 59,8% de acerto nos casos em que a Prob (OCUP=1|X) e 76,5% nos casos em que a Prob (OCUP=0|X). Este resultado de aderência do modelo de 68,9% para a explicação do fenômeno estudado apesar de não ser o melhor é satisfatório porque se trata de uma análise generalizada, pois engloba toda a PIA, por isso não foi possível uma aderência maior, além de poder ter havido a omissão de outras variáveis importante para a explicação do fenômeno estudado.

Quadro 3 - Resultado da estimação logística da probabilidade de um indivíduo da PIA estar na condição de ocupado no mercado de trabalho da RMS

Variáveis independentes	B	Contribuição Marginal	S.E.	Wald	Sig.	Exp (B)
Constante	1,654	0,00	0,022	5561,361	0,000	5,226
ESC2	0,214	0,53	0,013	263,890	0,000	1,238
ESC3	0,553	1,37	0,016	1270,842	0,000	1,738
ESC4	1,344	3,33	0,015	8506,546	0,000	3,835
ESC5	2,139	5,29	0,026	6854,433	0,000	8,488
CHEFE	1,080	2,67	0,013	6698,780	0,000	2,944
SEXO	0,361	-0,95	0,013	893,857	0,000	0,680
COR	-0,386	-0,01	0,000	323,855	0,000	0,994
IDADE	-0,006	-0,89	0,010	1191,393	0,000	1,435

Prob (OCUP=1)= 76,5%, Prob (OCUP=0)= 58,9%, Prob= 68,9%.

Fonte: PED RMS – SEI/UFBA, DIEESE, SEADE, Nossos cálculos.

As estimativas dos parâmetros das variáveis explicativas da probabilidade dos indivíduos que formam a PIA estarem na condição de ocupado no mercado de trabalho da RMS estão na segunda coluna do quadro 3. A terceira coluna mostra a contribuição marginal de cada variável na definição da probabilidade de está ocupado na PIA. A quinta coluna mostra que todos os parâmetros estimados são, estatisticamente significativos.

Os principais resultados do modelo estimado:

1. Os resultados confirmam que a probabilidade de um indivíduo da PIA estar na condição de ocupado é positivamente correlacionada com todos níveis de escolaridade, o que é garantido pelo sinal positivo dos parâmetros correspondente as variáveis ESC2, ESC3, ESC4 e ESC5. Os resultados ainda mostram que o acréscimo da escolaridade aumenta a probabilidade dos indivíduos da PIA estarem na condição de ocupado e o maior salto ocorre justamente na passagem para o 3º grau completo (ESC5), pois podemos observar que essa variável é a mais importante dentre as variáveis de escolaridade, fato garantido pelo expressivo valor do teste Wald (6854,43). Além disso, podemos observar que a variável ESC5 é a que tem o maior valor da contribuição marginal (8,48) o que a mostra ser essa variável a que mais aumenta as chances de um indivíduo está na condição de ocupado.
2. Os resultados da estimação mostram uma correlação positiva entre a posição de chefe de família e a presença na condição de ocupado e, além disso, assinala que essa variável é umas das principais, medido delo teste Wald (6698,780), para explicar a presença na condição de ocupado. Esse resultado indica que um dos elementos fundamentais para definir a condição de ocupado é a condição de chefe de família.
3. O Sexo também é positivamente correlacionado com a probabilidade de um indivíduo da PIA estar na condição de ocupado. Isto significa que, os homens são os mais propensos a estarem na condição de ocupado (em termos probabilísticos). Tal fato pode evidenciar que apesar das conquistas sociais das mulheres e de sua maior inserção no mercado de trabalho, são os homens os que possuem maiores chances de estarem ocupado.

4. A variável cor apresentou uma correlação negativa, o resultado negativo do parâmetro foi o esperado e mostra que a chance de um indivíduo de cor não branca estar na condição de ocupado na PIA é menor do que para os indivíduos de cor branca.

5. A variável Idade contínua apresenta-se uma correlação negativa com a probabilidade de um indivíduo estar na condição de ocupado, ou seja, à medida que se aumenta a idade decresce a chance de está na condição de ocupado, como a análise engloba toda a PIA e grande parte desta população é formada por idosos cuja participação na condição de ocupado é extremamente baixa, o valor do parâmetro foi o esperado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo tentou mostrar a influência da educação na determinação da situação ocupacional na condição de ocupado para a população em idade ativa da RMS, com base nos dados da PED, para o período de 1996 – 1999. Os dados analisados permitem afirmar que cada vez mais a educação vem se tornando uma condição necessária para um indivíduo pleitear uma condição de ocupado, bem como obter melhores condições de emprego.

Em linhas gerais, os principais resultados apresentados pela análise dos dados foram os seguintes:

1. Grande deficiência na escolaridade da população da RMS, mais de 55,0% da PIA tem escolaridade inferior ao 1º grau completo e só 5,9% têm o 3º grau completo.
2. A existência de clara correlação entre escolaridade e a ocupação. À medida que se aumenta o nível de escolaridade, cresce a participação na situação ocupacional ocupado.
3. Em geral as mulheres são mais escolarizadas que os homens: enquanto 29,9% das mulheres da PIA têm escolaridade maior que o 2º grau completo, entre os homens apenas 26,5% tem acima do 2º grau completo. Entre os ocupados à situação também não é diferente, a proporção dos homens que se encontram na situação ocupacional ocupado que possuem escolaridade acima do 2º grau completo é de apenas 36,3%, enquanto para as mulheres é de 47,5%.
4. Com relação ao atributo pessoal cor, pode se observar que a PIA de cor branca tem níveis de escolaridade superiores a PIA de cor negra. Tal fato evidencia a maior dificuldade da população negra, que é maioria, cerca de 80% da PIA no mercado de trabalho da RMS, em frequentar a escola, pois em geral a população negra constitui as parcelas mais pobres da população. A situação dos negros piora, quando a análise passa a ser entre os ocupados, há uma grande diferença na escolaridade dos ocupados negros com relação aos ocupados brancos, em favor dos brancos, fato que mostra a maior dificuldade em se inserir no mercado de trabalho para os negros. Os dados

mostraram que entre os brancos ocupados cerca de 67,2% possuem escolaridade superior ao 2º grau completo, enquanto que para os negros o percentual que tem escolaridade acima do 2º grau completo é de apenas 34,4%, quase a metade.

5. Existe uma correlação significativa da ocupação com a faixa de idade e conforme se aumenta à faixa de idade cresce a taxa de ocupação, sendo que esta atinge um máximo na faixa de idade de 25 a 39 anos e a partir daí começa a decrescer.

As discussões sobre os impactos das inovações tecnológicas e organizacionais sobre a qualificação, mostram um certo consenso de que as inovações tecnológicas requerem níveis de escolaridade mais elevados para os trabalhadores, pois estes têm que estarem aptos a lidarem com as novas tecnologias, por isso, a leitura, a escrita, o raciocínio, a capacidade de comunicação etc., são algumas das competências exigidas ao novo trabalhador e em geral essa capacidade é adquirida através da educação formal.

Porém, a avaliação a respeito do processo de reestruturação produtiva, com a adoção de novas tecnologias e novas formas de organização e gestão do trabalho, é que ela é responsável pela exigência de um trabalhador mais qualificado. Mas paralelamente a isso, o processo de modernização da economia não faz desaparecer as formas de trabalho que exigem pouca qualificação do trabalhador, e em geral, essas ocupações são a maioria.

No Brasil, o processo de reestruturação produtiva que se intensificou a partir dos anos 90, com a política de abertura comercial fez aumentar a concorrência para as empresas nacionais, forçando-as a iniciarem uma reorganização na forma de produção a fim de poderem competir com as empresas estrangeiras. Essas transformações que ocorrem na economia brasileira tiveram grande impacto sobre o desempenho do mercado de trabalho: o aumento das taxas de desemprego, crescimento do processo de precarização do trabalho, além de ascenderam as discussões sobre o impacto da introdução de nova tecnologia e novas formas de gerência sobre a estrutura do emprego e a capacitação profissional do trabalhador.

Com as transformações que ocorreram na economia do país, a partir da década de 90, a questão da educação passa a fazer parte das discussões e começam a surgirem várias

críticas ao sistema de ensino no Brasil, devido ao seu fraco desempenho. Essa preocupação com a educação surge, porque a internacionalização da economia brasileira e a introdução de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho determinam novos perfis ocupacionais para os quais a escolaridade básica completa aparece como uma condição necessária.

No Brasil, a educação é um problema grave que dificulta o desenvolvimento do país. Contudo, nos últimos anos pode-se verificar uma melhoria no perfil educacional da população brasileira, com uma redução acentuada da taxa de analfabetismo. Porém esta taxa de analfabetismo ainda é extremamente elevada se comparada com as dos países desenvolvidos e, portanto o país precisa avançar ainda mais para solucionar este problema. A redução dos índices de analfabetismo ocorre, sobretudo entre os grupos mais jovens da população, além disso, o perfil educacional mais desfavorável está relacionado com a população com mais idade, sendo assim, podemos esperar uma situação futura mais favorável, à medida que a população vá se renovando. Para o mercado de trabalho da RMS, também ocorreu uma melhora acentuada no nível de escolaridade da população economicamente ativa da RMS. Porém o perfil educacional da PIA da RMS ainda é bastante deficiente.

Alguns estudos têm imputado as mazelas do desemprego e da precariedade do mercado de trabalho ao perfil educacional desfavorável da força de trabalho, ou seja, é creditada ao trabalhador, pelo seu perfil de qualificação desfavorável, a decorrência do desemprego em um contexto de reestruturação produtiva. Portanto se explica a questão do desemprego, pelas frágeis condições de empregabilidade do trabalhador brasileiro e credita-se ao trabalhador e ao seu perfil educacional desfavorável a responsabilidade de estar desempregado. Porém, é importante ressaltar que a qualificação profissional, por si só, não garante emprego, este depende de condições macroeconômicas favoráveis que gerem crescimento econômico capaz de gerar novos posto de trabalho.

Até mesmo na Teoria do Capital Humano que na sua origem estabelece a relação entre educação e renda, atualmente vem sendo utilizada de uma outra forma. Muitos estudos têm mostrado que é preciso que os indivíduos invistam em educação (capital humano), só que agora não mais para receber rendimentos maiores, mas sim para manter-se empregado no

mercado de trabalho, ou seja, a educação não mais para rendimentos maiores, mas para a “empregabilidade”. O indivíduo passa ser o principal responsável pela sua condição desfavorável no mercado de trabalho.

Esse trabalho teve como objetivo verificar quais são as características determinantes para um indivíduo da População em Idade Ativa - PIA estar na condição de ocupado ou na condição de inativo ou desempregado, caracterizando uma situação dicotômica. Desta forma, foi estimada a probabilidade do indivíduo estar na condição de ocupado, utilizando algumas variáveis relevantes para definir tal situação, dentre as quais a principal foi à escolaridade, que se constitui uma característica adquirida e algumas características atribuídas como: sexo, idade e cor.

Para atingir tal objetivo foi utilizado um modelo econométrico – modelo logístico – que serve para avaliar as probabilidades de um indivíduo da PIA estar na condição de ocupado. O modelo utilizado explica corretamente 68,9% dos casos, sendo que explica, com acerto 59,8% dos casos em que a Prob (OCUP=1) e 76,5% dos casos em que a Prob (OCUP=0). Este resultado de aderência do modelo na explicação do fenômeno estudado é satisfatório, porque como se trata de uma análise generalizada, pois engloba toda a PIA, não foi possível uma aderência maior.

Através do modelo logístico, este trabalho destacou a contribuição dos principais elementos que influenciam nas chances de um indivíduo se encontra na condição de ocupado no mercado de trabalho da RMS. A análise econométrico revelou que a escolaridade ESC5 (3º grau completo) é a principal variável principal para definir a situação ocupacional dos indivíduos na condição de ocupado.

A análise econométrico revelou que ser chefe de família aumenta a probabilidade de um indivíduo estar ocupado na PIA. Para o sexo o modelo revelou que são os indivíduos do sexo masculino aqueles mais propensos a estarem na condição de ocupado. Detectou-se também que a variável cor é importante para definir a condição de ocupado, o resultado mostra que as chances de um indivíduo da PIA de cor branca estar na condição de ocupado são maiores do que para os indivíduos de cor não branca.

Os resultados apresentados pelo modelo de probabilidade logística mostram que para o mercado de trabalho da RMS a educação é um dos elementos principais de determinação da situação ocupacional de um indivíduo na condição de ocupado, porém, outras variáveis (idade, sexo e cor) são também importantes. Contudo o modelo mostrou que as pessoas mais escolarizadas possuem maiores chances de estarem na condição de ocupado.

A educação tem se configurado como uma das condições necessárias para o trabalhador pleitear um posto de trabalho, mas não suficiente. É importante o investimento em educação por parte de todos, o mercado de trabalho tem exigido trabalhadores com níveis de escolaridade maiores e, além disso, a educação é importante para a própria cidadania.

No entanto, é preciso relativizar a importância da educação na inserção do trabalhador no mercado de trabalho, assim como na sua condição ocupacional, pois a educação, per se, não cria empregos, mas pode ajudar o trabalhador a mantê-lo. Mais ainda, a educação, ajuda o trabalhador a se adaptar a novas ocupações e funções (polivalência).

A conclusão final é a de que cada vez mais a educação passa a ser um elemento de extrema importância para os indivíduos pleitearem uma condição favorável não só no mercado de trabalho mas para a própria cidadania. Também é evidente o papel que a educação assume para o desenvolvimento do país e para a sua inserção com posição de destaque no cenário internacional, por isso é preciso o apoio maior por parte do governo e de toda a sociedade para com a educação deste povo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marilis Lemos, LIEDKE, Elida Rubini. Inovação Tecnológica, Mercado de Trabalho e Qualificação. IN: CONGRESSO LATINO – AMERICANO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO: **Trabalho, qualificação e formação profissional**. Águas de Lindóia. São Paulo. Rio de Janeiro, Alast, 1998, p. 77 – 99.

ALVES, Edgard Luis Guitierrez, et al. **Modernização Produtiva e Relações de Trabalho**: Perspectivas de Políticas Públicas. Brasília: IPEA, 1997. (Texto para Discussão, n. ° 473)

ALVES, Edgard Luis Guitierrez, SOARES, Fábio Veras. **Ocupação e Escolaridade**: Tendências Recentes da Grande São Paulo. Brasília: IPEA, 1996. (Texto para Discussão, n.° 428)

ALVES, Edgard Luiz G., AMORIM, Brunu Marcus Ferreira, CUNHA, George Henrique de Moura. **Emprego e Ocupação**: Algumas Evidências da Evolução do Mercado de Trabalho por Gênero na Grande São Paulo — 1988/1995. Brasília: IPEA, 1997. (Texto para Discussão n. ° 497)

AZEVEDO, José Sérgio G. de, SOUZA, Frederico F. de. As Novas Tecnologias e o Mundo do Trabalho. **Força de Trabalho e Emprego**, Salvador, v. 2 , n.° 3, Set./Dez. 1993, p. 4 -10.

AZEVEDO, José Sérgio G. de. Relações entre rendimentos e qualificação: Explorando os dados da PED/RMS. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n. ° especial, Jun. 1997, p. 363 – 378.

AZEVEDO, José Sérgio G. de. Trabalho da Criança e do Adolescente: Referência à decisão familiar sobre a entrada na PEA. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 29, n.° especial, Jul. 1998, p. 787 – 804.

AZEVEDO, José Sérgio G. de. Mudanças no padrão de Ocupação na RMS. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, SEI, v. 8, n. 4, Mar./ 1999, p. 9 – 26.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A Teoria do capital Humano em Tempos de Acumulação Flexível. **Revista Aduem** – Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá Rio de Janeiro. Fev./99. Disponível em http://www.aduem.org.br/revista_ateoriadocapitalhumano.htm, Acesso em 22 abr. 1999.

BALTAR, Paulo E. de Andrade, PRONI, Marcelo Weishaupt. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso B. de, MATOSSO, Jorge E. Levi (org.) . **Crise e Trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996, p. 109 – 149.

BARBOSA, César. **Escolaridade como Investimento em capital Humano e o seu Impacto sobre a distribuição dos Rendimentos do Trabalho: Um estudo para a Região Metropolitana de Salvador.** Salvador, UFBA/FCE 1994. Tese (Mestrado em Economia) - FCE/UFBA

Boletim Economia, **Capital & Trabalho**, Julho 1995, p.2 – 4.

BRUNO, Lúcia. Educação, Qualificação e Desenvolvimento Econômico. In: BRUNO, Lúcia (org.). **Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo.** São Paulo. Atlas, 1996.

BRUSCHINI, Christina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE POLÍTICAS ECONÔMICAS, POBREZA E TRABALHO, 2. **Anais...** Rio de Janeiro: IPEA, 1994. (Série Seminários, n.7)

CACCIAMALI, Maria Cristina, PIRES, J.M. **Instituições do mercado de trabalho brasileiro e desempenho econômico.** São Paulo: FIPE /USP, 1995.

CARDOSO, José Celso, JR. **Estrutura setorial-ocupacional do emprego no Brasil e evolução do perfil distributivo nos anos 90**. Campinas: IE/UNICAMP, 1999 (Texto para Discussão, 85)

CARRERA-FERNANDEZ, José, MENEZES, Wilson F. **Papel da Previdência e do rendimento do trabalho na inserção do idoso no mercado de trabalho : uma análise a partir de Salvador- Ba**. Universidade e Sociedade, Brasília, n.º 22, 2000. p. 29 – 40.

CASTONI, Remi. **Reestruturação produtiva e (Re) Qualificação profissional: Empregabilidade e Competências**. Disponível em http://www.mtb.gov.br/public/planfor_idx.htm#termos, Acesso em 21. abr. 1999.

COSTA, Cleide. O poder da empregabilidade. **Revista RH em Síntese**, n.º 7, DEZ./NOV. 1995. Disponível em http://www.quatro.com.br/rhsintese/ed07_06a.htm, Acesso em 24 de maio 1999.

CUNHA, Joaci. Reestruturação Capitalista e seus Reflexos no Mundo do Trabalho e no Estado. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n.º 165, Set./Out. 1996, p. 1– 18.

DEDECCA, Claudio Salvadori, MONTAGNER, Paula. **Flexibilidade Produtiva e das Relações de Trabalho**. Considerações sobre o caso brasileiro. Campinas: UNICAMP/IE. 1993. (Texto para Discussão n.º 29).

DEDECCA, Claudio Salvadori. Emprego e qualificação no Brasil nos anos 90. **Revista Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 3, Dez./ 1998, p.114 – 138.

DEDECCA, Claudio Salvadori. **O desemprego e o seu diagnóstico hoje no Brasil**. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, vol. 18, n.1, Jan./Mar. 1998, p. 99 –119.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso B.

de, MATOSSO, Jorge E. Levi (org.). **Crise e Trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?**. São Paulo: Scritta, 1996, p. 55 – 85.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Conceitos e estatísticas básicas sobre o mercado de trabalho. In: OLIVEIRA, Marco Antonio (org.). **Economia e Trabalho: textos básicos**. Campinas, São Paulo: UNICAMP.IE, 1998, p. 95 – 111.

Educação Profissional: um projeto para desenvolvimento sustentado. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego/ SEFOR, 1999.

FILGUEIRAS, Luiz A. M. A Desestruturação do Mundo do Trabalho e o “Mal-Estar” desse Fim de SÉCULO. **Caderno do CEAS**, Salvador, n.º 171, Set. /Out. de 1997, p. 9 – 29.

GUEDES, Paulo. O Futuro é a Educação. A política educacional reforçou a concentração de renda. **Revista Exame**. São Paulo. Disponível na Internet: <http://www.uol.com.br/revista/exame155.htm>. Acesso em 11 abr. 1999.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. 3ª ed.. São Paulo: Makron Books, 2000.

JOFFILY, Bernardo. Tecnologia e Microeletrônica. Uma Revolução que Desafia os Sindicatos. **Revista “De Fato” - Revista da CUT**, São Paulo, Dez/1993, p. 14 – 25.

KERTI, Beatriz Maria, WATANABE, Margareth I., BRANDÃO, Sandra Marcia C. Escolaridade e inserção ocupacional. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 5. **Anais...** São Paulo, 1998.

LEITE, Marcia de Paula. **O Futuro do Trabalho: Novas Tecnologias e Subjetividade Operaria**. São Paulo: Scritta / Pagina Aberta, 1994.

MARSHALL, Alfred. **Princípios da Economia**. Tratado introdutório. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1.

MENEZES Wilson F. **Conceitos Teóricos e Realidade Empírica**. Salvador: CME/UFBa, 23 p., 2001. (mimeo.)

MEHEDFF, Nassim Gabriel. **Do “Operário Padrão” ao Cidadão Produtivo: o Desafio de Educar para a Empregabilidade**. Disponível em http://www.mtb.gov.br/public/plnfor_idx.htm#termos, Acesso em 21. abr. 1999.

NERI, Marcelo et al. **Mercado de Trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000 (Texto para Discussão, n.º 743)

OFFE, Claus. **Trabalho e Sociedade. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1989.

PASTORE, José. **Flexibilização dos Mercados de Trabalho e Contratação Coletiva**. São Paulo: Ltr, 1994.

PELIANO, José Carlos Pereira. **Reestruturação Produtiva e Qualificação para o Trabalho..** Disponível na Internet <http://www.pt.org.br/assessor/cefet.htm> Acesso em 24. ago. 1999.

POCHMANN, Marcio. **A inserção ocupacional dos jovens nas economias avançadas**. Workshops: Emprego e Desenvolvimento Tecnológico. São Paulo: DIEESE/CESIT/CNPq, 1998.

POCHMANN, Marcio. Mudanças na ocupação e a formação profissional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 6. **Anais...** São Paulo: ABET, 1999.

SALM, Claudio L., FOGAÇA, Azuete. **Tecnologia Emprego e Qualificação: Lições do Século XXI**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EMPREGO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, **Anais...** . São Paulo: DIEESE/CNPQ, 1997.

SANTANA, Marcelo. Escolaridade e Ocupação na RMS. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, SEI, v. 8, n. 4, p. 44-50, mar./ 1999.

SCHULTZ, Theodore W. **O Capital Humano**: Investimento em Educação e Pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SEADE-DIEESE. **Conceitos, metodologia e operacionalização**. São Paulo: PED, 1995.

VIEIRA, Carlos Alberto dos Santos, ALVES, Edgard Luiz Gutierrez. **Qualificação Profissional**: Uma Proposta de Política Pública, Brasília: IPEA, 1995. (Texto para Discussão, n.º 376).